



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

LUCAS FERREIRA GOMES

**TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS/MST E
SINDICAIS/FETAGRI NO SUDESTE PARAENSE: os conhecimentos geográficos na
luta pela terra dos acampados de Canaã dos Carajás-Pará**

MARABÁ

2023

LUCAS FERREIRA GOMES

**TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS/MST E
SINDICAIS/FETAGRI NO SUDESTE PARAENSE: os conhecimentos geográficos na
luta pela terra dos acampados de Canaã dos Carajás-Pará**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientador; Professor Dr. Rogério Rego Miranda

MARABÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

G633t Gomes, Lucas Ferreira.
Territorialização dos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri no sudeste paraense: os conhecimentos geográficos na luta pela terra dos acampados de Canaã dos Carajás-Pará / Lucas Ferreira Gomes. — 2023.
103 f. : il. color.

Orientador (a): Rogério Rego Miranda.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura em Geografia, Marabá, 2023.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). 2. Assentamentos humanos – Pará. 3. Posseiros. 4. Camponeses. 5. Invasões de terra. 6. Trabalhadores rurais – Sindicatos. I. Miranda, Rogério Rego, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 333.318115

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

Conceito: _____.

Data de aprovação: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Rego Miranda
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Faculdade de Geografia/ICH
Orientador

Prof. Ms. Marcos Alexandre Pimentel da Silva
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Faculdade de Geografia/ICH
Examinador

Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel
Universidade do Estado do Pará
Departamento de Geografia/CCSE
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Examinador

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano
Universidade Estadual Paulista (Campus Presidente Prudente)
Faculdade de Ciências e Tecnologia / Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e
Caribe/Unesp

Marabá – Pará

2023

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Dagmar de Sousa Ferreira e meu pai Antônio Gomes que não mediram esforços para criar e educar seus filhos. A eles meu amor!

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais acampados em Canaã dos Carajás que lutam e resistem pela conquista da terra!

AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho de pesquisa é um produto coletivo que passa a conter intervenções de diversas pessoas de dentro e de fora do meio acadêmico. As ideias aqui desenvolvidas são frutos de reflexões dos meus quatro anos como aluno de graduação do Curso de Licenciatura em Geografia, em que muitas pessoas contribuíram para chegarmos nesse produto final.

Em primeiro lugar agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Maria Dagmar de Sousa Ferreira e Antônio Gomes que sempre se esforçaram para que eu seguisse com meus estudos. Aos meus irmãos Maria Mirian Ferreira Gomes, Maria Marlete Ferreira Gomes e Leandro Ferreira Gomes, eles são meu porto seguro.

Agradeço também aos movimentos socioterritoriais e sindicais do campo que atuam na luta pela terra, no município de Canaã dos Carajás, em destaque para o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás, que nos acolheu na visita ao município, para realização dos trabalhos de campo. Ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar por nos permitir pesquisar seus territórios.

Aos acampados eu agradeço pela confiança, a paciência, o respeito e o carinho de nos receberem em suas casas e concederem as entrevistas e os preenchimentos dos questionários. Sem a participação dos acampados não seria possível a materialização deste trabalho, então deixamos aqui registrado o nosso profundo agradecimento a eles.

Deixo aqui registrado o meu agradecimento ao grupo de pesquisa, em nome da Beatriz Andrade e a Wisa Rios, que me ajudaram no trabalho de campo (de 10 dias) nos sete acampamentos pesquisados.

Agradeço a todos (a) da turma de Licenciatura em Geografia 2018, pela minha acolhida como discente e pelas aprendizagens coletivas. Destaco nesses agradecimentos, as minhas parceiras de trabalhos acadêmicas, desde o início do curso, Jerciane Vieira e Monique Eduarda da Silva, obrigado pela ajuda nos trabalhos e orientações, e a amizade construída ao longo do curso.

Agradeço a Faculdade de Geografia e os professores pelo processo de construção dos conhecimentos dentro da sala de aula e nos trabalhos de campo. Obrigado pelo apoio e pela

oportunidade de discutir e dialogar nas aulas, obrigado por contribuírem no meu processo formativo ao longo do curso.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará agradeço pela oportunidade de ter um ensino público e de qualidade. Destaco e agradeço a Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica - Proprit que com parceria com Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa - Fapespa que financiaram minha bolsa de Iniciação Científica por dois anos (2018 e 2021), esse período foi essencial para que eu pudesse pesquisar, pelo incentivo e a condição financeira.

Ao Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará – Lerassp, onde parte da pesquisa foi sistematizada, agradeço pelo espaço e pela importância que o laboratório teve no desenvolvimento da construção do banco de dados e nas reuniões de pesquisa.

Por fim, agradeço ao professor e orientador Rogério Rego Miranda a quem tenho uma profunda admiração e respeito. Obrigado por me dar a oportunidade de ser seu bolsista de Iniciação Científica e de Extensão durante os quatro anos de curso. Quero dizer que foram muitas experiências riquíssimas compartilhadas durante esse percurso no laboratório, em trabalho de campo e na sala de aula. Agradeço por acreditar no desenvolvimento do nosso trabalho e pela sua dedicação empenhada nele. Que continue sempre acreditando na luta dos trabalhadores rurais e numa educação de qualidade e emancipatória.

Meu sul do Pará, meu sudeste;
Que foi que fizeram contigo?
Na mão desse latifúndio maldito,
Tuas terras queimadas viraram.

Meu sudeste amado querido
Eu guardo na minha memória;
Tuas lutas, toda essa tua glória,
De uns bravos lá no Araguaia.

Tombaram na luta contigo,
Qual teus castanhais nessa história,
Um sangue derramado vivo,
Nas veias, contra toda escória (...)

Meu sul do Pará, meu sudeste!
Teus filhos cantam tua história
Teus mártires, sua trajetória
Tuas crias, teu sonho de outrora.

São tantos que tombaram contigo
“Fusquinhas, Ozieis, Dinas, Doroths”.
Na luta contra esta maldita
Mão branca latifundiária.

Os “Dantas!, “Mutrans”, suas quadrilhas,
Que paguem os estragos agora;
A terra é pra quem dela vive,
Canalhas, vão dando o fora!(...)

Sonho Cabano de Rafael Lima

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como os movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri do campo, que se utilizam do conhecimento geográfico para realizarem a sua territorialização, no município de Canaã dos Carajás-Pará. Para elaboração da pesquisa foram utilizados: levantamento bibliográfico; análise documental; construção de banco de dados (Dataluta Pará); trabalho de campo, em cuja oportunidade foram feitos registros fotográficos, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e a observação sistemática, a fim de acompanhar o dia-a-dia dos sujeitos pesquisados (acampados), visto que nossa pesquisa tem como perspectiva a interpretação qualitativa da realidade do espaço agrário de Canaã dos Carajás. Partindo desse pressuposto metodológico, identifica-se que o espaço agrário de Canaã dos Carajás apresenta intenso embate acerca da disputa pelo território. De um lado, a mineradora Vale S.A. busca controlar e se apropriar do território, com objetivo de extração dos recursos minerais (ferro e cobre). Do outro, os camponeses buscam criar estratégias para desenvolverem sua territorialização. A territorialização (ainda que precária e relativa) dos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais no município de Canaã dos Carajás, ocorreram, principalmente, por meio das ocupações de terras, que culminaram na construção de acampamentos. E é neste contexto, que os conhecimentos geográficos são utilizados para a territorialização camponesa, no município de Canaã dos Carajás. Esses conhecimentos geográficos são essenciais para se entender os processos de contradição, bem como, explicar a dimensão da vida dos sujeitos no acampamento, contribuindo para a produção de territórios contra-hegemônicos, que auxiliam na manutenção da vida em sociedade e na resistência camponesa frente ao grande capital.

Palavras-Chave: Canaã dos Carajás. Movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/FETAGRI. Acampamentos. Conhecimentos geográficos. Território.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how the socio-territorial/MST and union/Fetagri movements of the countryside use geographic knowledge to carry out their territorialization, in the municipality of Canaã dos Carajás-Pará. In order to carry out the research we used: a bibliographic survey; document analysis; construction of a database (Dataluta Pará); field work, which included photographic records, semi-structured interviews, the application of questionnaires, and systematic observation, in order to follow the daily life of the researched subjects (campers), since our research has as its perspective the qualitative interpretation of the reality of the agrarian space of Canaã dos Carajás. Based on this methodological assumption, we identify that the agrarian space of Canaã dos Carajás presents an intense dispute over territory. On one side, the mining company Vale S.A. seeks to control and appropriate the territory, with the objective of extracting mineral resources (iron and copper). On the other, peasants seek to create strategies to develop their territorialization. The territorialization (even if precarious and relative) of the socio-territorial movements/MST and unions in the municipality of Canaã dos Carajás occurred mainly through land occupations, which culminated in the construction of encampments. And it is in this context that geographic knowledge is used for peasant territorialization in the municipality of Canaã dos Carajás. This geographic knowledge is essential to understand the processes of contradiction, as well as to explain the dimension of life of the subjects in the encampment, contributing to the production of counter-hegemonic territories, which help to maintain life in society and peasant resistance to the big capital.

Keywords: Canaã dos Carajás. Socioterritorial/MST and union movements/Fetagri. Encampments. Geographical knowledge. Territory.

LISTA DE SIGLAS

CFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CP	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CEDERE	Centro de Desenvolvimento Regional
CEPASP	Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Pará
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
INCRA	Instituto Nacional da Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terra do Pará
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
P.A.s	Projetos de Assentamentos
PC	Polícia Civil
PGC	Programa Grande Carajás
PM	Polícia Militar
CSN	Secretaria Geral de Segurança Nacional
STTRs	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
STTRC	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás
TI	Território Indígena
UC	Unidade de Conservação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Assassinatos no campo do sudeste paraense entre os anos de 2015 a 2021.....	46
Quadro 2 - Acampamentos rurais no sudeste paraense até o ano de 2019.....	53
Quadro 3 - Assentamentos rurais construídos no sudeste paraense entre os anos de 2010 a 2022.....	56
Quadro 4 - Acampamentos rurais organizados pelo MST, Fetraf e sindicato de Canaã dos Carajás,2019.....	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Placas de identificação dos acampamentos pesquisados.....	26
Figura 2 - Produção camponesa nos acampamentos rurais de Canaã dos Carajás, 2019.....	65
Figura 3- Produção de pequenos e médios animais nos acampamentos rurais de Canaã dos Carajás,2019.....	78
Figura 4 - Infraestruturas dos acampamentos rurais de Canaã dos Carajás, 2019.....	79
Figura 5 - Disputa paradigmática da produção agrária no município de Canaã dos Carajás: mineração x produção camponesa.....	82
Figura 6 - Barracões de reuniões coletivas, Canaã dos Carajás, 2019.....	88
Figura 7 - Ocupação do prédio do INCRA em Marabá pelos trabalhadores rurais de Canaã dos Carajás, 2017.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Locais de nascimento dos acampados, Canaã dos Carajás, 2019.....	74
Gráfico 2 - Locais de moradias antes do acampamento, Canaã dos Carajás, 2019.....	75
Gráfico 3 - Cultivos desenvolvidos pelos acampados de Canaã dos Carajás, 2019.....	76
Gráfico 4 - Criações desenvolvidas pelos acampados de Canaã dos Carajás, 2019.....	77
Gráfico 5 - Principais estratégias de luta e manutenção dos territórios camponeses em Canaã dos Carajás, 2019.....	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização dos municípios da sub-região sudeste paraense.....	25
Mapa 2 - Territorialização dos acampamentos no sudeste paraense, 2019.....	55
Mapa 3 - Territorialização dos assentamentos rurais no sudeste paraense, 2022.....	57
Mapa 4 - Localização do Município de Canaã dos Carajás.....	60
Mapa 5 – Trabalhadores da Agricultura Familiar: Acampados Oprimidos pela mineração em Canaã dos Carajás – Pará.....	64
Mapa 6 - Áreas de titulação pública apropriadas pela mineradora Vale S.A.....	69
Mapa 7 - Territorialização dos acampamentos existentes em Canaã dos Carajás, 2019.....	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: DA ABORDAGEM DO CONCEITO DE TERRITÓRIO À TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SINDICAIS/FETAGRI E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS/MST NO CAMPO	23
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: caminho a percorrido.....	23
1.2 Território e sua discussão conceitual.....	28
1.3 TERRITÓRIO: movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri no campo.....	34
CAPÍTULO II: FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO SUDESTE PARAENSE A PARTIR DA LUTA PELA TERRA	38
2.1 AMAZÔNIA: aspectos marcantes na construção do território.....	39
2.2 A luta pela terra no sudeste paraense.....	42
2.3 Territorialização dos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri no sudeste paraense a partir das ocupações, acampamentos e assentamentos.....	49
CAPÍTULO III: A GEOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA: A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PARÁ	59
3.1 CANAÃ DOS CARAJÁS: a resistência camponesa frente ao processo de expropriação do território.....	60
3.2 CANAÃ DOS CARAJÁS: da mineração à construção de acampamentos rurais.....	66
3.3 Conhecimentos geográficos na territorialização dos camponeses em Canaã dos Carajás.....	80
3.4 Estratégias de luta e manutenção dos territórios camponeses em Canaã dos Carajás.....	85
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

O debate sobre a questão agrária no Brasil se constitui em um importante campo de pesquisa científica, particularmente no território Amazônico, isto porque se realiza a partir de dois componentes importantes. O primeiro é o conflito propriamente dito, manifestado na disputa pela terra; e o segundo, a partir dos embates em torno dos projetos de desenvolvimento, propostos pelos agentes atrelados ao capital (agronegócio e mineração) versus os movimentos camponeses, que lutam pelo acesso à terra. Para Fernandes (2008), essa disputa de projetos de desenvolvimento territorial é compreendida a partir do movimento da conflitualidade.

Nesta perspectiva, os recentes conflitos no espaço agrário brasileiro, sobretudo na Amazônia, expressam a tentativa de territorialização das distintas formas de racionalidade de uso do território. Desta forma, a luta pela terra se torna evidente quando nos referimos ao recorte do território paraense, principalmente no que se refere à sub-região sudeste, visto que nessa realidade existem elementos bem complexos, a exemplo da presença do agronegócio e da mineração, que juntos impulsionam a disputa territorial e a apropriação do solo e do subsolo, conseqüentemente, intensificam os conflitos com os camponeses que já residiam na condição de posseiros ou assentados.

Neste sentido, o estudo sobre a territorialização camponesa vem sendo alvo de investigação científica por diferentes linhas de pesquisa, que abrangem desde a organização político-cultural, no caso dos estudos da Antropologia, Sociologia, História e Política, às questões econômicas e produtivas, a exemplo do debate sobre agroecologia.

A Geografia, por sua vez, desenvolve trabalhos que buscam compreender territorialmente os acampamentos, que são resultantes da luta pela terra. À luz da Geografia, esses acampamentos são igualmente territórios, que estão atravessados por conflitualidade, de modo que o seu uso é pensado de forma particular, pelos diferentes sujeitos que nele atuam.

De um lado, temos os agentes do capital atrelados ao modelo de desenvolvimento regional, que se colocam enquanto hegemônicos, visto que concentram a maior parte das terras existentes, cujo uso se destina à especulação ou à produção de *commodities* agropecuárias (soja e boi) e minerais (especialmente ferro, manganês e ouro). Assim, o território para esses agentes é compreendido como mercadoria. Segundo Martins (1980),

quando o capital se apropria da terra, ela se transforma em terra de negócio, de modo que serve, antes de qualquer coisa, para obter lucro.

Por outro, temos o desenvolvimento do território camponês, que se reproduz baseado na pequena propriedade, na produção diversificada que garante sua soberania alimentar¹, bem como, ao abastecimento de alimentos nas feiras e mercados locais e/ou regionais, compreendendo ao que Martins (1975) denomina de mercado de excedentes. Por conseguinte, os camponeses visam o território como “Território-mãe”², em que não somente lhes dá os meios de se reproduzir social, cultural e economicamente, mas lidar com a possibilidade da vida.

Face ao processo de territorialização por parte dos movimentos camponeses e dos agentes do capital, criam-se, no espaço agrário, tensões que, muitas das vezes, acabam em conflitos. Paralelamente a este processo, os movimentos camponeses buscam se territorializar, por meio da criação de estratégias, dentre elas, destaca-se a construção de acampamentos rurais. Para Fernandes (2001), os acampamentos são momentos de transição da luta pela terra, eles refletem uma transformação da realidade e trazem em si a manifestação organizacional dos movimentos.

Nessa mesma perspectiva, Turatti (2005), destaca que uma das marcas registradas dos acampamentos é a sociabilidade, isto porque nestes locais, diversas pessoas apresentam distintas crenças, gostos, gêneros, identidades e ideologias. Contudo, buscam um mesmo objetivo (sua territorialização no espaço) e nesse processo acabam se (des)encontrando, ao produzirem um espaço de alteridade e, ao mesmo tempo, de solidariedades orgânicas.

Nesses acampamentos existem regras de convivência e organização, os barracões de moradia, por exemplo, são construídos em fileiras um ao lado do outro, justamente para que haja um acolhimento entre os acampados. Sobre as infraestruturas político-sociais dos acampamentos, no caso a escola, o barracão de reunião e as igrejas são espaços públicos que abrigam e garantem a ressocialização política dos sujeitos, por meio de reuniões de deliberações coletivas (TURATTI, 2005).

Um dos principais desafios dos acampamentos construídos na luta pela terra é a violência empreendida pelos agentes que com eles disputam o território. É neste cenário que

¹ O conceito de Soberania Alimentar está alinhado ao direito e o acesso de alimentos, bem como à sua produção, distribuição e qualidade, isto é, inclui às relações comerciais de toda a cadeia de produção e consumo (MEIRELLES, 2004).

² Síntese das falas dos sujeitos pesquisados no trabalho de campo realizado em agosto de 2019 ao perguntar [o que significa a terra?] á eles.

muitas vezes os embates entre esses sujeitos acabam em conflitos diretos e indiretos, dentro e fora do acampamento. De modo que todas essas pressões fazem com que muitos acampados deixem o acampamento, por medo de perderem a vida (GOMES; MIRANDA, 2021).

Partindo dessa premissa é que os agentes do capital, articulados principalmente com o Estado, buscam criar estratégias para desarticular os movimentos e os sujeitos que lutam pelo território, através da criação de estratégias como: a criminalização das lideranças; a coerção via violência física ou psicológica, por exemplo, visando desterritorializar os camponeses por meio de pedidos de reintegração de posse da terra. Essas ações realizadas por esses agentes do capital podem ser entendidas como estratégias de territorialidade.

Destarte, a territorialização da luta pela terra na região amazônica é incerta, especialmente no sudeste paraense. Isso porque, a tentativa dos movimentos socioterritoriais e sindicais de se territorializarem, confronta com o modelo de desenvolvimento regional pautado no agronegócio e na mineração. Sendo assim, abrimos a reflexão para a importância dessa temática aos estudos de cunho geográfico. Pois, existem poucos estudos em escala regional, que abordam a questão territorial dos acampamentos e entendê-los como território que produzem uma mudança social efetiva.

Diante do exposto, nossa questão problema é: como os movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri do campo se utilizam do conhecimento geográfico para realizarem sua territorialização em Canaã dos Carajás-Pará, particularmente nos acampamentos construídos entre os anos de 2015 a 2021? Sendo as questões específicas:

- a) Qual o processo histórico-geográfico do sudeste paraense que levou a estruturação de movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri, particularmente em Canaã dos Carajás-Pará?
- b) Quais as estratégias de territorialização desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri em Canaã dos Carajás-Pará?
- c) Qual especificidade que o conhecimento geográfico assume na construção da territorialidade da luta pela terra empreendida pelos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri, em Canaã dos Carajás-Pará?

O recorte espacial deste trabalho é o município de Canaã de Carajás, especificamente os acampamentos rurais. Pois se entende que esse território vem passando por profundas transformações tanto no campo, quanto na cidade, em decorrência da atuação de empresas mineradoras, com ênfase à Vale S.A.

Neste sentido, o presente trabalho justifica-se a partir da inclusão da discussão no campo acadêmico da questão da luta pela terra, evidenciando a construção de estratégias de territorialização dos movimentos sindicais/Fetagri e socioterritoriais/MST no município de Canaã dos Carajás. De modo que é necessário reconhecer a construção dos territórios criados a partir da luta camponesa, bem como o processo organizacional da luta pelo desenvolvimento territorial por parte dos sujeitos do campo.

Em contrapartida, a tentativa de apropriação dos recursos naturais por parte dos grupos agropecuários regionais e das mineradoras, em articulação com o Estado, fazem com que busquem a criação de estratégias, com o objetivo de expandir e controlar o território (ALMEIDA, 2010), possibilitando, assim, assegurar a propriedade privada ou o direito de concessão minerária. De um modo geral, as estratégias convergem para desterritorialização dos sujeitos que ali vivem, assim como acelerar a circulação do capital de maneira cada vez mais rápida.

Nesta perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar como os movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri do campo se utilizam do conhecimento geográfico para realizarem sua territorialização em Canaã dos Carajás-Pará, particularmente nos acampamentos construídos entre os anos de 2015 a 2021. Em termos de objetivos específicos:

- a) Compreender o processo histórico-geográfico do sudeste paraense que levou a estruturação de movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri, particularmente em Canaã dos Carajás-Pará.
- b) Identificar e analisar as estratégias de territorialização desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri em Canaã dos Carajás-Pará.
- c) Identificar e analisar a especificidade que o conhecimento geográfico assume na construção da territorialidade da luta pela terra empreendida pelos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri, em Canaã dos Carajás-Pará.

O trabalho foi elaborado a partir de discussões teórico-conceituais que subsidiaram a interpretação acerca da realidade histórico-geográfica do sudeste paraense, enfatizando a disputa pelo projeto de desenvolvimento territorial do seu espaço agrário, ainda que em condições assimétricas, do ponto de vista das relações de poder que atravessam o território em relevo. Nesse sentido, discutimos e nos pautamos em autores importantes que abordam sobre a temática do território e da territorialidade, tais como: Rogério Haesbaert (2011); Claude Raffestin (1980); Marcelo Lopes de Souza (2016); Marcus Aurélio Saquet (2013); e Robert

David Sack (1986). A última obra, particularmente, nos possibilitou compreender o conceito de território e de territorialidade humana, entendida como uma “estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar fontes e pessoas, controlando área; e, como uma estratégia, a territorialidade pode ser ligada e desligada” (SACK, 1986, p. 3). O conceito é a chave para desvelar os processos relativos à luta pela terra no Brasil e, particularmente, no sudeste paraense.

Nessa mesma perspectiva, outros trabalhos se mostraram de grande relevância para o entendimento da questão agrária, assim como das ações dos movimentos sindicais/Fetagri e socioterritoriais/MST, na construção dos acampamentos e dos assentamentos no Brasil, e em particular no sudeste paraense. Neste sentido, destacamos os seguintes autores: Nelson Rodrigo Pedon (2013); Carlos Alberto Feliciano (2013); William Santos de Assis (2007); Ariovaldo Umbelino Oliveira (1994 e 1999); e Bernardo Mançano Fernandes (2001; 2005 e 2009), este último será base para compreendermos a conflitualidade no campo.

Dentre os procedimentos metodológicos lançamos mão do trabalho de campo. O trabalho de campo é um elemento essencial para análise do espaço geográfico, de modo que, os pesquisadores coletam informações e/ou dados a respeito da pesquisa. É nessa etapa metodológica que se busca a observação de fatos e fenômenos, se extrai dados e se realiza entrevistas (LAKATOS, 2003), com o intuito de obter informações relevantes a partir de fontes primárias.

Partindo dessa premissa, realizamos momentos de observação nos meses de fevereiro a agosto do ano de 2019 em sete acampamentos: União Axixá e Eduardo Galeano — ambos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) —, Alto da Serra, Grotão do Mutum, Planalto Serra Dourada e Rio Sossego — estes últimos vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), base da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Pará (FETAGRI) — e Nova Conquista II — ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) do Pará.

Na ocasião, fizemos uso da observação sistemática, por meio da qual restringimos nossa relação com o grupo pesquisado no momento da pesquisa de campo, desenvolvendo uma participação relativa no cotidiano dos agentes estudados, por meio da observação dos eventos do dia a dia dos acampados (MINAYO et alii, 1994).

Paralelamente, foram levantados dados primários acerca das questões socioespaciais dos acampados pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará – Lerassp no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “A

territorialização da luta pela terra no sudeste paraense a partir dos acampamentos dos movimentos sindicais/Fetagri e movimentos sociais/MST”, momento em que foram aplicados 266 questionários, que abrangeram 26,31% das famílias dos setes acampamentos pesquisados, que correspondem aproximadamente a 1.011 pessoas.

Com o objetivo de coletar informações da realidade dos sujeitos *in loco*, foram realizadas entrevistas semiestruturadas³ com lideranças dos movimentos envolvidos na luta pela terra, bem como representantes dos acampamentos pesquisados. As entrevistas semiestruturadas são de grande relevância, visto que é neste momento que sujeito (entrevistado) e o pesquisador (entrevistador) buscam interação, dando a confiança e a liberdade para suas respostas. Sobre isto, ressalta que “(...) a maior liberdade que estes têm pode fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa” (BONI, 2005, p.75).

Com objetivo de analisar a paisagem da área estudada, realizou-se o registro por meio de fotografias, com o intuito de revelar as condições de reprodução social (casas de lona, barro ou madeira, além de barracões onde se realizam as reuniões), aspectos vinculados às condições econômicas e produtivas (produção agrícola, criação de animais de pequeno porte e médio porte como aves, suínos, caprinos e ovinos), da política (ocupações de prédios públicos como prefeitura, Câmara dos Vereadores, bloqueio de estradas e ferrovia, marchas pela cidade e construção de uma feira dos agricultores acampados) e cultural (igrejas, campo de futebol, rio etc.).

Além da utilização de Sistema de Posicionamento Global (GPS) para a construção de mapas temáticos (localização dos acampamentos, estrutura fundiária, principais conflitos, organização espacial dos acampamentos, dentre outros).

Soma-se ainda, uma análise documental. Segundo Junior *et al.* (2012), o uso de documentos como procedimento metodológico tem como objeto obter dados e/ou informações neles contidos, de forma que possam contribuir para a compreensão do fenômeno estudado. Desta maneira, realizamos análise de documentos disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios paraenses, além da Fetraf de Marabá.

Ainda durante todo o trabalho utilizamos a pesquisa bibliográfica, uma vez que está se constitui como aspecto de base teórica para qualquer pesquisa, na qual a mesma foi de

³ Os relatos aqui postos não terão divulgação dos nomes dos trabalhadores/as por motivo de precaução de possíveis represálias dos mesmos.

fundamental importância para compreender melhor o tema, bem como dialogar com autores que discutem sobre o tema em tela. Em nosso trabalho pretendemos abordar o método de interpretação formulado pelo filósofo francês Henri Lefebvre (1901-1991), método regressivo-progressivo. Nossa escolha se dá pelo fato de entendermos que o espaço agrário do sudeste paraense é repleto de contradições, o que impulsiona o movimento da dialética. Por conseguinte, entendemos que o movimento do presente não necessariamente explica o real, mas é preciso regredir para que possamos encontrar o marco explicativo e estruturante do presente (MARTINS, 2011).

Por fim, a construção do banco de dados da luta pela terra no Pará, este banco de dados compõem uma rede de pesquisadores de todas as regiões do país - Rede DATALUTA⁴. O objetivo do banco de dados é construir e alimentar um banco de dados acerca da participação dos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais na luta por espaços e territórios, a partir da ferramenta do Google chamada Google Alerts. Deste modo, as informações coletadas auxiliam de forma quantitativa e qualitativa para compreender a complexidade e a dimensão dos conflitos no campo, em todo território brasileiro.

A estrutura do presente trabalho se assenta em três capítulos complementares e indissociáveis, além da introdução e conclusão: Nosso primeiro capítulo trata “Da abordagem do conceito de território à territorialização dos movimentos sindicais/Fetagri e movimentos socioterritoriais/MST no campo” tendo como objetivo apresentar uma leitura teórico-metodológica da pesquisa. Do modo que, buscaremos demonstrar o caminho teórico que fundamenta a discussão de território e territorialização, desenvolvendo um diálogo entre o conceito de território e a realidade dos movimentos sindicais e os movimentos socioterritoriais.

O segundo capítulo se refere à "Formação histórico-geográfica do sudeste paraense a partir da luta pela terra”, tal capítulo tem como objetivo contextualizar a pesquisa dentro da sub-região do sudeste paraense, destacando a estruturação dos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri, a partir da ocupação de terras, da criação de acampamentos e da formação de assentamentos rurais na sub-região.

O terceiro e último capítulo aborda sobre “A Geografia da luta pela terra: a territorialização camponesa no município de Canaã dos Carajás-Pará”, neste capítulo

⁴ Informações retiradas do projeto de extensão “A construção do banco de dados da luta pela terra no Pará: metodologias e categorias de análise da luta pela terra pelos movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais”

buscaremos realizar uma discussão analítica da realidade camponesa de Canaã dos Carajás, a partir da análise das construções de acampamentos rurais, buscando identificar as especificidades dos conhecimentos geográficos desenvolvidos pelos acampados.

Antes de adentrarmos propriamente nos capítulos precisamos ressaltar o delicado momento que estamos vivenciando. Desde o início de 2020 até os dias atuais passamos por uma pandemia, que disseminada a partir do Novo Corona Vírus (Covid-19) já matou milhões de pessoas em todo o planeta. Todavia, destacamos que neste período a pesquisa não parou, visto que foi desenvolvida a sistematização de dados, além da realização de leituras bibliográficas, sendo canceladas as atividades de campo, a fim de preservar as nossas vidas e as vidas dos sujeitos pesquisados.

CAPÍTULO I: DA ABORDAGEM DO CONCEITO DE TERRITÓRIO À TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SINDICAIS/FETAGRI E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS/MST NO CAMPO

No primeiro capítulo “Da abordagem do conceito de território à territorialização dos movimentos sindicais/Fetagri e movimentos socioterritoriais/MST no campo” nosso esforço é apresentar uma leitura teórico-metodológica da pesquisa. Tal capítulo se subdivide em três tópicos: no primeiro apresentaremos algumas considerações dos procedimentos metodológicos, a saber, o método de interpretação, metodologia de coleta de dados, considerações gerais do recorte espacial do estudo, entre outras.

No segundo tópico buscaremos demonstrar o caminho teórico que fundamenta a discussão do conceito de território na Ciência Geográfica, a partir dos seguintes autores: Raffestin (1993); Souza (2016), Haesbaert (2011); Sack (1986) e Saquet (2013).

No terceiro tópico apresentaremos a interpretação de território que pretendemos utilizar na pesquisa, a partir da abordagem da categoria de movimentos socioterritoriais e socioespaciais, fundamentado principalmente nas leituras de Fernandes (2001, 2005, 2008) e Pedon (2013).

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: caminho percorrido

Os procedimentos metodológicos são elementos essenciais para realização de uma pesquisa científica, neste sentido, cada pesquisador busca os melhores e mais adequados para ajudar na leitura do seu objeto ou fenômeno a ser pesquisado.

Nosso estudo propõe pesquisar os sujeitos que articulados com os movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri do campo lutam por território, no município de Canaã dos Carajás, tendo como Ciência interpretativa a Geografia.

Desta forma, pretendemos abordar um debate qualitativo a respeito da territorialização da luta pela terra. Entendemos que tal discussão se encontra num complexo campo de análise, e que a criticidade na interpretação é essencial, já que tais processos de territorialização estão diretamente relacionados com contextos temporais, espaciais, culturais e políticos dos sujeitos pesquisados.

Pretende-se analisar os movimentos lutam por terra utilizando os conhecimentos geográficos, em particular o conceito de território, para a compreensão de sua territorialização em Canaã dos Carajás, por meio de coleta de dados primários e secundários, os quais nos possibilitou o desenvolvimento da qualificação de nossa pesquisa.

O interesse para o desenvolvimento desse trabalho começa em 2018, a partir da minha inserção na iniciação científica, por meio do projeto de pesquisa intitulado “A territorialização da luta pela terra no sudeste paraense a partir dos movimentos sindicais/Fetagri-PA e movimentos sociais/MST”.

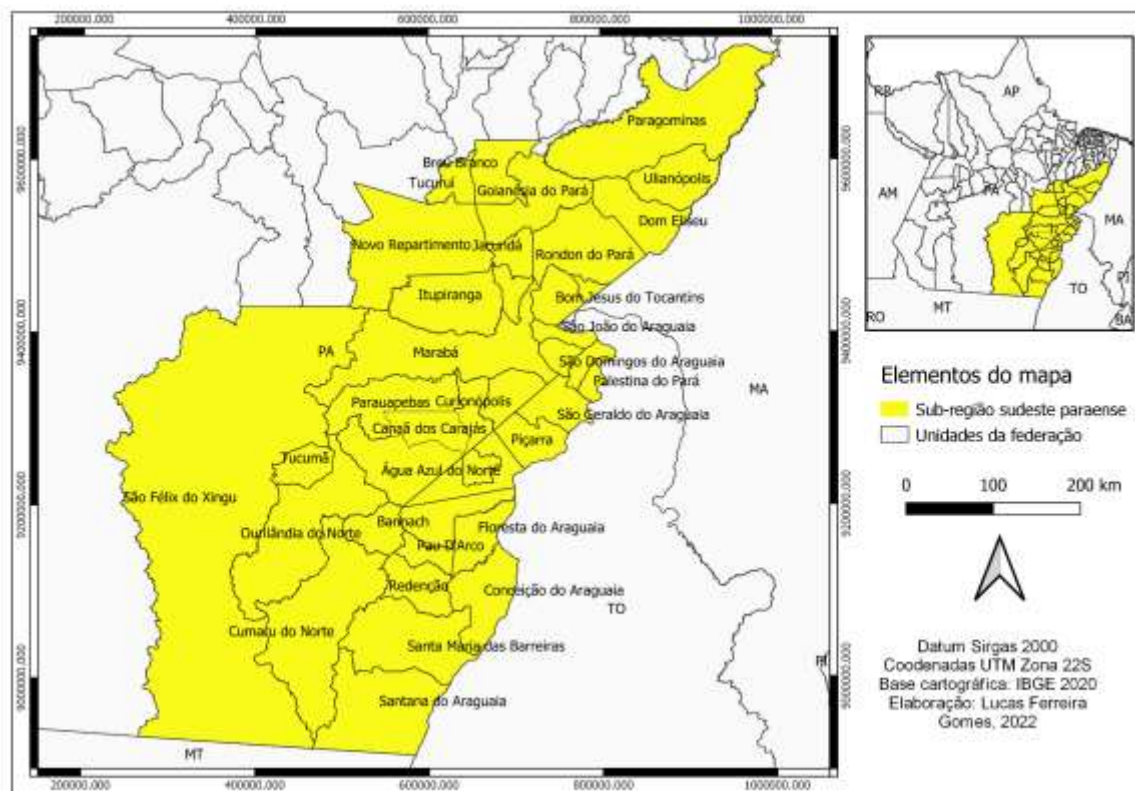
Este projeto possibilitou o meu primeiro contato com os camponeses no espaço agrário de Canaã dos Carajás. Além de despertar lembranças marcantes de como a luta pela terra é um processo desafiador e gratificante na vida de cada um que busca o acesso à terra, visto que fui acampado e, em seguida, assentando pela reforma agrária, logo, pesquisar a luta pela terra é me identificar e ao mesmo tempo retornar para um espaço de vivência.

Espaço este que está em constante disputa por camponeses e por agentes atrelados ao agronegócio e a mineração, de tal forma que se acirram os processos de conflitualidade neste município. Os camponeses, por exemplo, buscam conquistar o território a partir da ocupação de terras, o que possibilita a construção de acampamentos rurais, que são refletidos espacialmente como território material e imaterial da luta pelo direito ao acesso à terra (FERNANDES, 2001).

Contudo, buscaremos por meio da interpretação geográfica discutir teoricamente a questão da luta pela terra em Canaã dos Carajás, de modo que evidenciaremos a construção dos territórios camponeses, a partir de suas ações organizacionais na luta, suas formas e estratégias de resistência no processo de territorialização.

Canaã dos Carajás é um município da sub-região sudeste paraense. Neste trabalho optamos por definir o sudeste paraense como uma sub-região Amazônica, compreendida pelo poder administrativo do estado como mesorregião do sul e sudeste paraense (ver o mapa 1). Contudo, entendemos que esta porção do território possui particularidades regionais que diferem das demais sub-regiões paraenses e, sobretudo, das demais regiões amazônicas, não obedecendo a uma homogeneidade espacial. De forma que, este espaço se define pelas suas particularidades, a saber: formação histórico-geográfica, político-econômica e dinâmica socioambiental (SANT-CLAIR, 2009; ALMEIDA, 2006).

Mapa 1 - Mapa de localização dos municípios da sub-região sudeste paraense



As profundas alterações nessa sub-região são resultado de um denso processo de apropriação dos recursos naturais. Esta apropriação alterou e alteram as dinâmicas territoriais dos diversos grupos e sujeitos, seja no campo, seja nas cidades.

Em Canaã dos Carajás, as mudanças espaciais são visíveis no espaço urbano e no espaço rural. Isto porque, as transformações são provenientes da apropriação dos recursos naturais por parte dos agentes econômicos hegemônicos, que alteram as dinâmicas socioespaciais e socioambientais deste município. Segundo Cardoso *et al.* (2018), Canaã dos Carajás é impactada pela presença de atores sociais específicos, a saber: a ação da mineradora Vale S.A., fazendeiros, políticos locais, migrantes e “pioneiros”, que se articulam, por meio de uma racionalidade própria, transformando a cidade em um grande território com fins mercadológicos.

Assim como na cidade, o espaço agrário é disputado, principalmente pela confrontação da implementação dos modelos de desenvolvimento territorial organizados tanto pelos agentes do capital (agronegócio e mineração), quanto pelos camponeses, que lutam para conquistar uma parcela de terra, para sua produção e reprodução social (FERNANDES, 2009).

Com o intuito de analisar e compreender o processo de territorialização camponesa em Canaã dos Carajás foram pesquisados sete acampamentos desenvolvidos pelos movimentos socioterritoriais/MST, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rural de Canaã dos Carajás/STTRC e Fetraf (Figura 1).

Figura 1 – Placas de identificação dos acampamentos pesquisados



Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de Campo, agosto de 2019.

- a) Acampamento Rio do Sossego.
- b) Acampamento Grotão do Mutum.
- c) Acampamento Nova Conquista II.
- d) Acampamento União do Axixá.
- e) Acampamento Alto da Serra.
- f) Acampamento Planalto Serra Dourada.

Entender a dimensão dos embates das disputas territoriais neste município será nossa responsabilidade enquanto pesquisador. De tal forma que, as transformações ocorridas no espaço agrário deste município possibilitaram nosso objetivo central da pesquisa que é entender a territorialização da luta pela terra, a partir da contribuição dos conhecimentos geográficos.

Nas últimas décadas diversas pesquisas vêm contribuindo para a interpretação do espaço agrário brasileiro, a partir da criação de conceitos e teorias, dentre elas está o debate de

José de Souza Martins, sobre reprodução do campesinato. Para Martins (1979), o próprio processo de reprodução capitalista cria e recria, no campo, as relações não capitalistas de produção, face ao desenvolvimento desigual e contraditório do capital. Em Canaã dos Carajás, especificamente, são recriadas essas relações não capitalistas, em outras palavras, o campesinato, nos acampamentos rurais, contudo, a recriação desses campesinato se realiza por meio das ações dos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri, conforme discute Bernardo Mançano Fernandes (2005) e Rodrigo Pedon (2013).

Desta forma, destacamos o caminho de interpretação do objeto de pesquisa. Entendemos que as transformações ocorridas no município de Canaã dos Carajás não conseguiriam ser explicadas unicamente ancoradas nos acontecimentos do presente, mas sim pelas ações que vêm sendo construídas no passado, em suas múltiplas dimensões, ou seja, política, social, econômica e ambiental.

De tal forma, buscaremos abordar o método interpretativo formulado pelo filósofo francês Henri Lefebvre (1901-1991), denominado “método interpretativo regressivo-progressivo”. A escolha desse método decorre do fato que o presente visível não esclarece/explica o movimento do real, assim, é preciso regredirmos, para que possamos encontrar marcos explicativos do passado, que nos ajude a explicar o presente e o futuro, por meio dos processos que se articulam nas mais diferentes escalas de temporalidades (MARTINS, 2011).

A partir desse método interpretativo buscaremos entender as formas e ações do presente, materializadas no espaço agrário de Canaã dos Carajás. Retroceder temporalmente ao passado é mergulhar na história, a fim de identificar as discontinuidades do espaço-tempo e esclarecer os processos do presente e os que estão em curso para o futuro (MARTINS, 2011).

Desta forma, iremos buscar os principais marcos espaço-temporais que nos ajudem a embasar a interpretação da presente realidade do município de Canaã dos Carajás. Desse modo, as contradições existentes no espaço agrário desse município possam aparecer quando interpretamos as relações entre os acampados e os agentes da mineração e do agronegócio, a qual, aqui denominaremos como agentes do capital.

1.2 Território e sua discussão conceitual

O território se constitui em um importante conceito científico para diversas disciplinas, devido sua polissemia. Por exemplo, em um âmbito mais natural, ele é compreendido enquanto um espaço físico, delimitado, que serve, sobretudo, de abrigo e proteção aos animais. Consequentemente, esta abordagem de território é insuficiente para a compreensão das relações sociais.

Na geografia, principalmente, esse conceito tem um caráter analítico e passa a ser um dos principais conceitos geográficos em debate nos últimos anos. Nesse contexto, o território passa a ser entendido para além de um “palco”, um receptáculo das ações biológicas e/ou econômicas (SAQUET, 2013).

Segundo Saquet (2013), entre os anos de 1950 e 1970, houve um processo de transição das abordagens de território. A Geografia, sobretudo, buscou romper e superar as abordagens de cunho positivista e neopositivista, o que possibilitou uma nova “descoberta” do conceito de território.

Inicialmente, o conceito em tela foi elaborado a partir de correlatos empíricos, sistematizado pela geografia de Friedrich Ratzel (1844-1904), que priorizava a dimensão política, compreendendo o território como uma área em que o Estado exercia sua soberania. A partir dos anos 1970, com influência pela corrente da Geografia Crítica, o conceito de território incorporou novas abordagens, tais como as de cunho econômica, cultural e ambiental, ampliando o debate teórico-metodológico sobre este conceito.

Assim, o presente tópico busca apresentar a abordagem do conceito de território a partir da interpretação de cinco geógrafos, a saber: Raffestin (1993); Souza (2016), Haesbaert (2011); Sack (1986) e Saquet (2013).

A partir da Geografia Crítica, as abordagens sobre o território buscaram romper com a neutralidade científica e incorporou a análise do espaço socialmente produzido, em que enveredaram por explicações acerca da dominação social empreendida pelo Estado e empresas, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, a Geopolítica, à reprodução ampliada do capital, assim como a importância dos signos e símbolos de controle da vida cotidiana (SAQUET, 2013).

Um dos autores pioneiros na abordagem crítica do conceito de território é o geógrafo suíço Claude Raffestin (1993). Para ele o território é formado a partir do espaço, sendo

resultado de ações conduzidas pelos diferentes grupos sintagmáticos⁵, como, por exemplo, movimentos populares, que lutam por causas sociais que possibilitam a transformação e/ou a (re)criação de espaços. Neste sentido, na abordagem conceitual de território feita por Raffestin (1993), entende-se que o espaço é anterior ao território. Ele afirma que:

(...) um espaço onde se projeta um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Comumente, o território, para Raffestin (1993), é entendido a partir do espaço, em que apresenta as relações marcadas pelo exercício do poder. Neste caso, o poder para o autor é elemento essencial para entender a produção do território, visto que o exercício do poder está inserido em todas as relações da sociedade, podendo ser praticado por qualquer indivíduo ou grupo social.

Outra importante abordagem do conceito de território está na obra de Rogério Haesbaert (2011). O autor define o território a partir de três vertentes básicas: a primeira refere-se a "jurídico-política", na qual, o território é entendido como um espaço delimitado e controlado pelo exercício do poder, sobretudo pelo poder do Estado. A segunda vertente trata-se da "culturalista", que privilegia a dimensão simbólico-cultural, sendo compreendido como produto da apropriação simbólica do grupo sobre o seu espaço. A terceira pressupõe a vertente da "economia", que prioriza a dimensão espacial dos embates em torno das relações econômicas entre as classes sociais e a relação entre o capital-trabalho (HAESBAERT, 2003).

Haesbaert (2011) ainda defende a ideia de uma multiterritorialidade. Segundo o autor, muitos pesquisadores, principalmente das ciências sociais, definiram o fim do território, a partir do processo de desterritorialização. Para o autor, este processo é, na verdade, a intensificação do processo de territorialização, no mais amplo sentido de uma construção e/ou destruição de territórios, emergindo as diferentes especificidades do território, que se manifestam na forma de "Territórios-Zona", marcados por uma lógica areal, com articulações para dentro do território; mas igualmente se apresentam na forma de "Territórios-Rede", que se estabelecem a partir das conexões, viabilizadas por meio de sistemas de transporte e

⁵ Grupos sintagmáticos neste trabalho refere-se a atores sociais que tenham a capacidade de organização em diversos níveis, desde uma organização simples como uma família, à organizações mais complexas como um sindicato ou uma cooperativa de agricultores,

comunicação, os quais interligam, simultaneamente, vários territórios, caracterizados principalmente pela mobilidade, pela da fluidez que atravessam múltiplas escalas.

Em uma abordagem semelhante à de Haesbaert (2011), Marcus Aurélio Saquet (2013) busca, a partir dos aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais, elaborar uma abordagem metodológica para o conceito de território. O referido autor destaca que o território deve ser compreendido a partir das dimensões sociais, as quais são indispensáveis para a compreensão e constituição do real. Para ele:

(...) considerando a territorialidade e evidenciando as dimensões sociais fundamentais de sua compreensão e constituição no *real*, ou seja, a economia (E), a política (P), a cultura (C) e as relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior (N); sobre os aspectos inerentes à base filosófica de cada abordagem: sobre o reconhecimento ou não dos tempos histórico e coexistência (multiescalaridade) ou da relação espaço-tempo; sobre as mudanças (descontinuidades) e permanências (continuidades) e, a consideração ou não do movimento a partir da construção de redes de circulação e comunicação, de relações de poder e da própria identidade (caráter simbólico-cultural) (SAQUET, 2013 p. 19, grifo do autor).

Na abordagem de Saquet (2013), fica evidente a necessidade de se inter-relacionar as dimensões da economia (E), da política (P), da cultura (C) e da natureza (N) na construção ou desconstrução de território, contribuindo, assim, na valorização das relações sociais, apresentando os diferentes interesses nos espaços e nos territórios.

Buscando dialogar com Marcelo Lopes de Souza (2016), o conceito de território é de fundamental importância, visto que o mesmo é um espaço definido e delimitado pelas relações de poder. Entretanto, essa seria uma primeira aproximação do conceito, considerando que sua atuação e conceituação são bem mais complexas, e é insuficiente em uma conceituação apontar seu início e seu fim (SOUZA, 2016).

Não muito distante das reflexões de Raffestin (1993), Souza (2016) utiliza da categoria de poder para compreender o conceito de território. Sendo o poder um produto coletivo e não individual, ou seja, a existência do poder está diretamente ligada à existência do homem, ou pelo menos com sua manifestação em agirem juntos (coletivo).

Contudo, Souza (2016) chama a atenção em sua abordagem, pois controlar o território (territorialização-desterritorialização-reterritorialização), por qualquer motivo, pressupõe muitas das vezes entrar em conflito, seja direta ou indiretamente.

Dentro da perspectiva teórico-metodológica, Souza (2016) nos alerta para não confundirmos o conceito de território com o produto do substrato espacial e material. Segundo ele:

O fato de se admitir que o território, na qualidade de uma projeção espacial de relações de poder, não deve ser confundido com o substrato não quer dizer, de jeito nenhum, que seja possível compreender e, mais ainda, investigar territórios concretos (sua origem e as causas de sua transformação ao longo do tempo) sem que o abstrato espacial material do espaço social seja devidamente considerado (SOUZA, 2016, p. 95).

Evidentemente, alguns “equivocos” conceituais acompanham o conceito de território, tais confusões ainda hoje são produzidas por pesquisadores que, corriqueiramente, entendem o território como sinônimo de espaço geográfico, ou mesmo é apresentado como recorte político-espacial específico, definido pelo Estado-Nação, para esse processo Souza (2016) denomina a “coisificação” da ideia de território.

Talvez um dos principais exemplos de “coisificação” do território esteja num dos clássicos da Geografia. Para Souza (2016) Friedrich Ratzel na sua obra *Politische Geographie* (RATZEL, 1974) é exemplo de “coisificação”. Vejamos:

Ao mesmo tempo e não por acaso, o vocabulário que ele [Ratzel] mais empregava era, entretanto, de longe “solo” (*Boden*, em alemão), e não “território” (em alemão, reverberando o latim, *Territorium*)... Ou seja, percebe-se a “coisificação” (e a forte “naturalização”) do território já nessa escolha, tão rapidamente ilustrada (...) (SOUZA, p. 93).

Manifestamente é esse o motivo que Souza (2016) nos convida a fazer uma flexibilização do uso do conceito, pois para ele o território precisa ser descoisificado. Para tal, o autor destaca a utilização desse conceito não somente nas mãos do aparelho do Estado, mas também nas mãos de alguns "ativismos sociais", é o caso dos movimentos emancipatórios, por exemplo, os movimentos que lutam pela terra. Desta forma, podemos avançar na mais ampla discussão do conceito, podendo empregá-lo nas diferentes dimensões espaciais e várias circunstâncias. Inclusive para entender o processo de reterritorialização e desterritorialização.

O conceito de território é construído a partir das relações de poder (em suas múltiplas dimensões) que ocorrem no espaço, as quais se alteram no tempo. Como podemos perceber, o território não é apenas uma delimitação de um espaço físico. Mas sim, uma relação construída socialmente, logo, é dinâmico e altera-se ao longo do tempo-espaço.

Levando em consideração o território construído socialmente, podemos dizer que as suas relações irão depender dos agentes que o estão controlando, bem como suas intencionalidades. Desta forma, emerge uma particularidade do território, que é a territorialidade, vista como uma estratégia de controlar, moldar ou restringir o acesso de pessoas. Neste sentido, chegamos até a abordagem do geógrafo norte americano Robert David Sack (1986). Para o autor, o território é diferente de outros locais comuns, como, por exemplo, uma sala, uma cozinha ou um quarto. Ambos são locais. Mas, quando esses locais passam por interdições, ou seja, são atravessados por relações que os restringem, em termos de acesso, transformam-se em território, todavia, o autor afirma ainda que para esse território continuar a existir precisará de um esforço contínuo, por parte dos agentes que o produziu a partir do exercício de poder.

Esse mesmo território pode influenciar a dinâmica de outros contíguos, ao realizar restrições de acesso aos seus recursos (água, floresta, terra), ou infligindo ações coercitivas, a exemplo do que ocorre nos acampamentos que possuem seus cultivos, animais e pessoas afetadas pela ação de pistoleiros que queimam as plantações, matam o gado, atiram em direção às residências, isso quando não as queimam, além de jogarem agrotóxicos sobre os acampamentos, por meio de aviões. Prática recorrente também nas comunidades tradicionais, tais como, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e assentamentos.

Essas restrições territoriais são perceptíveis a partir de fronteiras que não são necessariamente visíveis, como é o caso de uma cerca ou de um muro, contudo, expressam a materialidade das relações de poder, tecidas por agentes hegemônicos. Portanto, podemos concluir que a territorialidade, segundo Sack (1986), é uma estratégia com o intuito de moldar, controlar ou restringir o acesso de pessoas em uma determinada área. Levando em consideração as relações de poder que se constituem no tempo e no espaço.

É importante destacar que o território se constitui quando um dado grupo/sociedade exerce um controle em uma determinada área. Atualmente, os agentes que controlam os territórios não precisam necessariamente estarem dentro dos mesmos para controlá-los. À título de exemplo, existem as empresas mineradoras que exploram o minério no sudeste paraense, mas seus centros de gestão se encontram em outros locais, o que não os impossibilita, graças aos meios tecnológicos informacionais existentes, de controlarem os fluxos de pessoas, mercadorias, ou até mesmo, alterarem as dinâmicas regionais de produção. Desta forma, concordamos com Sack (1986), ao afirmar que a territorialidade está implicada dentro do contexto das motivações humanas, que objetiva a dominação de outros sujeitos.

Para Sack (1986), a lógica e o significado da territorialidade se acomodam no fato do uso de vantagens de seus efeitos, com o intuito de influenciar e controlar as pessoas e/ou recursos. O autor destaca que a territorialidade não somente nos diz o que ela é, como também nos mostra o que ela pode ser. Nesta perspectiva, Sack (1986), apresenta três relações que são produzidas pela territorialidade, tal como: a classificação por área (área de interesse mineral, área de “preservação ambiental”, área da ferrovia etc.); a comunicação que envolve o poder de marcação da área, a partir de sinais ou símbolos (Floresta Nacional de Carajás é um símbolo demarcatório da fronteira territorial da Vale S.A, além das placas de avisos proibitivos); e o esforço de controle ao acesso de entrada e saída de uma determinada área.

A classificação por área busca individualizar as particularidades do território, dizendo o que pode ou não pode acessar. No que se refere às formas de comunicação do território, parte-se de um poder simbólico, que delimita a fronteira de atuação do agente controlador. Um marco simbólico de delimitação da territorialidade que podemos exemplificar seria a bandeira do Movimento de Trabalhadores Sem Terra – MST, posta no acampamento, que é vista como um marco simbólico de luta pela terra. No terceiro caso, a territorialidade busca um esforço de controlar o acesso sobre uma área. Neste ponto, o território exerce um limite em que busca restringir pessoas ou grupos a acessar uma determinada área.

Por muito tempo o estudo a respeito da territorialidade era focado nas Ciências biológicas e sociais, que levavam em consideração o instinto animal para compreender o território. No entanto, Sack (1986), apresenta que o território, no contexto geográfico, torna-se mais sofisticado do que uma mera manifestação de instintos.

Como podemos perceber, o conceito de território é central para as interpretações das relações socioespaciais, sendo na Ciência Geográfica sua maior expressão, enquanto conceito analítico das relações espaciais. É importante destacar que o conceito de território, em outras áreas de estudo, tem sua importância, uma vez que cada disciplina busca direcionar o melhor enfoque interpretativo, seja a partir das relações de poder, da produção da dimensão simbólica, ou mesmo, no caso da economia, como base de produção e delineamento locacional de produção (HAESBAERT, 2011).

A partir das abordagens até aqui elencadas podemos compreender que o conceito de território se apresenta como conceito polissêmico, em que possui diversas abordagens de interpretação. De modo que, ora essas abordagens convergem, ora divergem a partir da perspectiva de cada autor. Nesse sentido, destacamos a importância de uma boa delimitação dos aspectos teórico-metodológicos do conceito em estudo, isto porque, a abordagem é

indispensável para mostrar os caminhos a serem percorridos para se compreender as especificidades da realidade a ser pesquisada.

1.3 TERRITÓRIO: movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri do campo

Pensar o conceito de território para além de uma mera delimitação do espaço material, talvez seja um dos elementos importantes para se entender o Espaço Geográfico. Isto porque, o território, em muitas análises, é posto como palco ou espaço neutro, no qual se recebe as “coisas”, os objetos, as relações. Neste sentido, o território passa a ser insuficiente para compreensão das relações sociais.

Diante do exposto, chamamos a atenção para buscamos uma abordagem teórico-metodológica que possibilite uma interpretação para além do território como palco. Mas, também, que possamos pensar na construção do território e a sua relação com os objetos e as relações que nele são produzidas. Nesta perspectiva, nosso esforço neste tópico é apresentar a interpretação de território que pretendemos utilizar na pesquisa, a partir da abordagem da categoria de movimentos socioterritoriais.

Segundo Fernandes (2005), o território é produzido a partir do espaço, e que o espaço é uma dimensão da realidade, ou seja, todo território se constitui como espaço. Neste sentido, entendemos que é a partir das apropriações-disputas-conflitualidades que propriamente é construído o território.

Em outras palavras, “o espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional” (FERNANDES, 2005, p.26). Partindo dessa premissa, os espaços são territórios, quando apropriados por relações sociais, que estão em disputa por/no Espaço Geográfico, assim, o território é o espaço apropriado, a partir das relações e manifestações de poder, que estão, cotidianamente, em constante conflitualidade (FERNANDES, 2008).

Nessa mesma linha de raciocínio, Pedon (2013), assinala que o território não é entendido apenas como um limite político-administrativo, mas igualmente como um conceito analítico, que permite debater as diversas formas de produção da sociedade, seja no espaço rural, ou no espaço urbano.

Assim, os movimentos socioterritoriais, grupos empresariais e o próprio Estado, por exemplo, buscam construir diferentes formas de produção da sociedade, a partir de distintos

projetos de desenvolvimento, que ora servem para se territorializar, ora para reterritorializar os vários sujeitos e/ou grupos do campo e da cidade. De modo que, esta dinâmica possibilita o surgimento de novos espaços e de outros territórios (FERNANDES, 2008).

O território está em constante disputa pelos grupos e sujeitos no campo e na cidade, cada um com a intencionalidade e, conseqüentemente, forma de uso. Neste sentido, é importante destacar que tais disputas territoriais não se limitam a uma única dimensão da realidade, visto que vão desde uma perspectiva político-econômico até outras de caráter mais teórico-ideológicas, este último, é ponto central para entendemos, segundo Fernandes (2008), os territórios em seu plano material e imaterial.

Sobre o território imaterial o autor esclarece que:

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologias etc. (FERNANDES, 2008, P.210).

Fernandes (2008) afirma também que, ao analisarmos os territórios em uma única dimensão, não estamos negligenciando as demais, é simplesmente uma opção que exprime uma intencionalidade na leitura do objeto de estudo, pois se entende que o espaço expressa uma intencionalidade, ou seja, uma forma de visão de mundo, que faz com que os autores definam a totalidade de seus objetos de estudo.

No caso das disputas territoriais, elas inferem diferentes leituras da realidade, a intencionalidade, neste caso, é também, segundo Fernandes (2008), uma posição política, que direciona interesses de uma classe ou grupo social determinado. Nesta perspectiva, a conflitualidade se apresenta como um processo inerente ao enfrentamento dos distintos meios de pensar o desenvolvimento territorial, isto é, as relações sociais constituídas no espaço demandam a construção de territórios, que no seu interior há distintos territórios, constituindo o que Haesbaert (2011) denominou como multiterritorialidades, definidas, *a priori*, pelas relações sociais que as criaram.

A partir da década de 1990, a Geografia buscou aprofundar a discussão da leitura teórico-metodológica do conceito de movimentos sociais (FILHO, 2015). Para Fernandes (2005), a leitura espacial pode trazer importantes contribuições acerca da interpretação dos movimentos sociais, isso porque esses agentes objetivam construir territórios. Compreendemos que, geograficamente, as ações dos movimentos se materializam no espaço,

a partir de todas as suas dimensões, seja ela na política, na economia, na cultura ou na natureza, de tal forma que possibilita a construção de territórios multidimensionais.

Fernandes (2005) buscou elaborar uma reconceitualização de movimentos sociais, assim, o autor apresenta a proposta de movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Com efeito, esse conceito incorporou a dimensão geográfica, para interpretar as formas de organização e as relações sociais na construção dos territórios dos movimentos.

Para Fernandes (2005), os movimentos socioterritoriais são aqueles que têm o território como meio essencial para a sobrevivência dos sujeitos que os integram, logo, perpassaram por processos de desterritorialização (perda de suas terras, casas, rios, florestas etc.), contudo, organizam-se coletivamente com vistas a se re-territorializarem, em outras palavras, reconquistarem seus territórios de existência, ainda que não seja nas mesmas localidades e condições materiais e imateriais anteriores.

Assim, seus objetivos são complexos, mas convergem para a construção de espaços políticos, que promovam o desenvolvimento de ações em defesa de seus interesses.

No que se refere aos movimentos socioespaciais, estes são formados por agentes de mediação, que não buscam propriamente o território, mas, sim, reivindicam espaços, logo, são movimentos intermediários da luta pelo território. Todavia, visam produzir espaços políticos para sua espacialização (FERNANDES, 2005).

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e territórios (FERNANDES, 2005, p. 31).

Para Pedon (2013), o conceito de movimento socioterritorial ganha mais significado dentro da interpretação geográfica dos movimentos que lutam pelo acesso à terra ou por moradia. Para o autor, este conceito está diretamente relacionado à organização da classe trabalhadora, e que os sujeitos excluídos são a principal base desses movimentos.

Pedon (2013) destaca ainda que o conceito de movimento socioterritorial compreende um conjunto maior e mais complexo de questões, contribuindo para a interpretação do espaço e do território. Portanto, os movimentos expressam e materializam suas intencionalidades.

Os movimentos socioterritoriais são construtores de seus territórios, definidos a partir das relações de poder, em suas múltiplas dimensões, atuando, ou não, em diversas escalas

geográficas. A exemplo desses movimentos, temos o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

O MST é um movimento oriundo das lutas pelo território. Para esse movimento o território é sua existência, é a produção e reprodução da vida. Fernandes (2005), destaca que sem o território, os movimentos socioterritoriais não existem, visto que assegura a existência de seus sujeitos, logo, seus recursos (água, terra e floresta) são “trunfos” que permitem a reprodução social, seguindo uma racionalidade que transcende o mercado.

No caso do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, particularmente no sudeste paraense, possui uma singularidade, pois ele se apresenta pelas duas formas conceituais, sendo tanto movimento socioespacial, que ora é intermediário na luta pela construção do território, outrora é movimento socioterritorial, que está diretamente ligado à produção de territórios por meio das ocupações, construções de acampamentos e criação de associações dentro do assentamento.

Neste sentido, Fernandes (2005) esclarece que, a definição dos movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais dependerão, especialmente, das relações com as quais trabalham, podendo ser na construção do território ou na mediação e/ou defesa desse território.

Partindo desse pressuposto, no capítulo seguinte apresentaremos alguns marcos do processo histórico-geográfico da formação territorial do sudeste paraense. De forma a destacar as atuações dos movimentos sindicais/Fetagri e movimentos socioterritoriais/MST do campo, nesta sub-região. Para além, buscaremos interpretar seus processos de territorialização nesse espaço a partir da construção de diferentes territórios (ocupações de terra - acampamentos rurais - projetos de assentamentos).

CAPÍTULO II: FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO SUDESTE PARAENSE A PARTIR DA LUTA PELA TERRA

No lugar que havia mata, hoje há perseguição
Grileiro mata posseiro só pra lhe roubar seu chão
Castanheiro, seringueiro já viraram até peão
Afora os que já morreram como ave de arribação
Zé de Nana tá de prova, naquele lugar tem cova
Gente enterrada no chão
Pois mataram o índio que matou grileiro que matou posseiro
Disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro
Roubou seu lugar.

Saga da Amazônia, Vital Farias, 1984⁶

A Amazônia brasileira é marcada por intensos conflitos agrários. Ao longo do tempo os sujeitos do campo e os povos da floresta vêm disputando nesse território a sua existência e sua soberania, pois dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência e/ou reprodução social, seja por meio da floresta, da água ou da terra.

Particularmente, o sudeste paraense apresenta uma história marcada por conflitos agrários, os quais se aprofundaram nas últimas décadas, envolvendo diversos personagens, como indígenas, posseiros/as, latifundiários, sem-terra e empresas mineradoras.

Neste sentido, nosso segundo capítulo aborda sobre a "Formação histórico-geográfica do sudeste paraense a partir da luta pela terra", logo, objetiva contextualizar a pesquisa, direcionando-a para a disputa territorial entre o agronegócio e a mineração frente a ações dos camponeses acampados no município de Canaã dos Carajás, foco do nosso estudo.

O capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro apresenta aspectos marcantes que nos ajudam a entender o processo de construção territorial da região Amazônica. O segundo destaca a formação territorial do sudeste paraense, a partir de atores sociais que contribuíram para a estruturação dos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri neste território, a qual será mais bem analisada no último tópico.

⁶ A música de Vital Farias faz alusões aos problemas ambientais e sociais na região Amazônica como a destruição da floresta e animais, e a denúncia de violência e assassinato de indígenas, posseiros e seringueiros proveniente da disputa pela terra.

2.1 AMAZÔNIA: aspectos marcantes na construção do território

A Amazônia brasileira é uma das principais regiões do mundo que comporta uma grande quantidade de recursos naturais (hídrico, florestais, minerais, combustíveis, etc.). Nesse sentido, “os olhos do capital” estão voltados para esse território, como forma de apropriação de tais recursos.

Segundo Becker (2015), a expansão da fronteira Amazônica passa a ter centralidade a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global, estruturado por meio do capital industrial e financeiro no final do século XX. De modo que, o Estado teria papel central na mediação das novas escalas de relações do capital-trabalho.

A apropriação territorial da região Amazônica, ao longo do tempo, vem possibilitando grandes alterações nas dinâmicas espaciais desta região, não somente pelos fluxos migratórios, oriundos de várias regiões do Brasil, mas pelo fato da consolidação da soberania nacional frente a este território, o que possibilitou uma profunda transformação nos aspectos socioambientais da região (MELLO, 2006).

Nas últimas décadas, a região Amazônica vem sendo alvo de diversos debates políticos, econômicos, ambientais e sociais, isto porque, a relação sociedade-natureza nesta realidade é pautada na tentativa de territorialização dos diferentes agentes que pensam de forma singular o uso deste território e seus recursos naturais. Para Martins (2009), a Amazônia é uma das últimas fronteiras de expansão do mundo. Nela estão expressas relações sociais provenientes de momentos históricos distintos, mas coexistentes, imprimindo diferentes formas de racionalidades territoriais, seja por parte do capital e/ou pelos povos do campo e da floresta.

Nesse contexto, temos os agentes do capital privado (agronegócio, mineradoras, empresas do setor energético etc.) atrelados ao modelo de desenvolvimento capitalista, que se apresenta como hegemônico, e é articulado com o Estado. Eles visam a Amazônia como um recurso mercadológico, para fins de obtenção de lucro. Do outro, temos os povos e comunidades tradicionais da floresta (indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as e camponeses/as) que lutam e resistem, alçando outro modelo de desenvolvimento territorial, que assegure a manutenção da natureza e de sua existência (GOMES; MIRANDA, 2019).

Nessa perspectiva, a tentativa de apropriação dos recursos naturais por parte dos agentes do capital passa pela criação de agroestratégias, com o objetivo de expandir e controlar o território. De um modo geral, as estratégias convergem para a remoção de entraves

jurídicos, a partir da criação de novas legislações ou flexibilização das existentes, com o intuito de permitir a apropriação de terras indígenas, unidades de conservação, áreas de assentamento, dentre outros territórios assegurados por lei (ALMEIDA, 2010).

Tais apropriações são legitimadas e, em parte, desenvolvidas pelos aparelhamentos do Estado, pois permite as condições gerais para que as estratégias de apropriação dos recursos naturais sejam efetivadas, favorecendo a ampla possibilidade para a expansão da territorialização do capital nesta região (BECKER, 2015).

Por sua vez, a virtualidade histórica contida em tão ampla escala geográfica, torna a fronteira amazônica a região estratégica por excelência para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle para entregá-la na dimensão ideológica, manipula a preservação da imagem do espaço alternativo. (BECKER, 2015 p. 17).

Neste sentido, outra forma de apropriação dos recursos naturais que se destaca pelos agentes hegemônicos, diz respeito à escassez e/ou privatização dos recursos. Isto acontece, principalmente, a partir do cercamento dos recursos naturais, como água, a floresta e a terra, dificultando o acesso pelos sujeitos que precisam desses recursos para sua sobrevivência. Neste sentido, concordamos com Porto-Gonçalves (2009), em que privar e tornar um bem escasso, em uma sociedade mercantil, é dá-lo valor, pois um bem só tem valor econômico se for escasso.

Em contrapartida às ofensivas dos agentes do capital, os povos e comunidades do campo e da floresta resistem a esse modelo de desenvolvimento, pautado na obtenção do lucro e na degradação dos elementos naturais. Esses sujeitos são criadores de suas estratégias de resistência, que são usadas para se territorializar e/ou reterritorializar, frente a esse processo de apropriação privada dos recursos e, conseqüentemente, do território.

Entre algumas destas estratégias podemos destacar a que Miranda (2017) pesquisou em sua tese de doutorado, ou seja, a organização de uma rede geográfica de luta que se estabelece em escala local, regional e mundial que auxilia na disputa por território, a exemplo, da Via Campesina e o movimento Xingu Vivo.

Neste mesmo sentido, outra forma de resistência desses sujeitos é serem os protagonistas de sua história, ao defenderem seus direitos sociais e democráticos, especialmente ao reivindicarem a demarcação de Territórios Indígenas – TI, no caso dos indígenas, ou lutarem pela Reforma Agrária, como nas lutas dos trabalhadores/as rurais e

camponeses/as, e na permanência de manter os rios vivos, e/ou na luta pela preservação da floresta, a exemplo dos ribeirinhos/as, extrativistas e quilombolas (FLEURY, 2016).

Assim, podemos refletir que os povos e comunidades da floresta pensam a Amazônia, não como um ambiente de mercadoria, mas sim, um espaço do bem comum. É nesse espaço do bem comum, que deixa de existir o escasso e aflora o coletivo, em que não se priva, mas se compartilha o rio, a água e a floresta, talvez seja essa a principal forma de resistência desses povos e comunidades do campo e da floresta.

Neste sentido, falar da questão agrária na Amazônia requer nos reportar ao contexto histórico em que se trata sobre isso, delimitando desde a década de 1960, no que diz respeito ao processo de ocupação desse imenso território que é a Amazônia, principalmente, a partir do golpe civil-militar de 1964.

Vale ressaltar, que sobre esse cenário, a literatura aborda que existiram inúmeras iniciativas e incentivos do Estado para essa região, como forma de promover um suposto “desenvolvimento”, via abertura de estradas e rodovias, a exemplo, a construção da BR – 230, conhecida como Transamazônica, principal via de integração da região Amazônica com as outras regiões do Brasil, e programas de grande complexidade como o Programa Grande Carajás - PGC⁷ (HALL, 1999).

A vinda de muitas famílias, de diversos lugares, especialmente do Nordeste e Centro-oeste, além de incentivos fiscais para grandes empresas nacionais e estrangeiras que se instalaram na região, contribuíram para a destruição da floresta e para o agravamento dos conflitos sociais, em destaque a disputa por terra, algo que impacta até a atualidade (MELLO, 2006).

É necessário reforçar que a ocupação da terra na Amazônia, em especial do sudeste paraense, não ocorreu de forma inerte, se inicialmente havia um discurso atrativo, a exemplo da frase “terra sem homens, para homens sem terra”⁸, ele em verdade revela a intencionalidade do governo federal em desterritorializar os sujeitos que viviam na região.

⁷ O Programa Grande Carajás - PGC foi pensado nos anos 1970 como ação estratégica para a garantia do controle estatal sobre a maior reserva poliminerale do mundo, abrangendo: a produção de energia a partir da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí; a extração do minério de ferro na província mineral de Carajás; o beneficiamento de bauxita em Barcarena; a construção de portos em Barcarena e em São Luís, da ferrovia Carajás-São Luís e de estradas municipais; e a implantação de assentamentos rurais para produção de alimentos para o efetivo de mão de obra envolvido no projeto (CARDOSO *et al.* 2018, p.124).

⁸ A frase “terra sem homens, para homens sem terra” fez parte de uma política de divulgação no período da ditadura civil-militar para a colonização da região Amazônica na década de 1970. A propaganda tinha como principal objetivo atrair famílias de outras regiões do país, especialmente do nordeste e do Centro-sul a fim de preencher o suposto vazio demográfico da região.

Assim, fica evidente que a questão agrária na Amazônia envolve o processo de expulsão de povos e comunidades tradicionais, visto que para a territorialização de novos sujeitos, outros são desterritorializados, gerando um conflito cotidiano entre esses sujeitos, ou melhor, entre “os que detêm e os que não detêm” do poder amparado pelo Estado, desde a ocupação da Amazônia (PEREIRA, 2013). Daí concordamos com Becker (2013, p.24), ao ressaltar que “os conflitos que ocorrem na fronteira são intrínsecos à sociedade brasileira e constituem fruto e condição da integração do território”

Outro aspecto marcante é que tal situação possivelmente foi um incentivo para que as famílias expulsas pudessem também se organizarem enquanto sujeitos sociais e de direitos, uma vez que já ocupavam um pedaço de terra, o que muitas pessoas denominam de terras devolutas.

Sobre isso, não podemos deixar de falar de várias organizações que surgem a partir desse contexto, em especial dos agricultores/as através das suas organizações sindicais protagonizadas a partir da atuação do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTRs, responsável naquele momento pela organização da luta e obtenção dos títulos de terras, além da articulação junto a Comissão Pastoral da Terra - CPT, Universidades e partidos políticos (MIRANDA, 2017).

A partir da luta e experiência sindical, outros movimentos, que tem por objetivo a disputa pela terra, emergiram, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que iniciou sua atuação no Pará a partir da década de 1990, ajudando a qualificar e direcionar aspectos marcantes na disputa territorial (MORENO; GUERRA, 2012).

No próximo tópico será discutida a dimensão da disputa territorial e sua conflitualidade no espaço agrário do sudeste paraense, destacando-se os principais personagens e suas relações antagônicas na formação histórico-geográfica dessa sub-região.

2.2 A luta pela terra no sudeste paraense

A questão agrária no Brasil e, particularmente, no território Amazônico, é um fenômeno indispensável para entendermos como se estruturou o desenvolvimento histórico-geográfico da formação territorial do sudeste paraense. Assim, nesse tópico, buscaremos discutir a luta pela terra no sudeste paraense, a partir de alguns marcos históricos de apropriação por diferentes sujeitos sociais neste território.

A luta pela a terra se torna mais evidente, quando nos referimos ao recorte do território paraense, especialmente no que se refere à sub-região sudeste paraense. Entende-se que essa sub-região, ao longo do tempo, passou por um grande processo de apropriação das terras de pequenos e médios trabalhadores/as rurais, imigrantes de outras regiões que vieram com o objetivo de almejar um pedaço de terra para trabalhar com suas famílias (ASSIS, 2007).

Todavia, grande parte desses trabalhadores/as não conseguiram o sonho de conquistar a terra, visto que muitos foram expulsos dessa área, que ainda se encontrava em formação. A desapropriação desses sujeitos de suas terras foi o início, nesta sub-região, de uma grande concentração de terras, nas mãos de famílias tradicionais, que moram nesta área, além de empresas/grupos originários do Centro-sul, como declara Pereira (2013).

No início do século XX, o sudeste paraense teve uma grande ascensão no seu setor econômico, promovido pela a extração de vegetais, em destaque a Castanha-do-Pará. A extração da castanha, na década de 1920, foi uma das principais ações que impulsionou a concentração fundiária nesta sub-região.

Neste sentido, destacam alguns dos agentes que estão diretamente ligados com a formação histórico-geográfica da sub-região sudeste paraense. Em um primeiro momento podemos destacar as famílias de renome que aqui se encontravam, e que buscavam a dominação do poder local, a partir do monopólio das terras e da economia local, esse agente ficou conhecido por “donos dos castanhais”. Em um segundo momento, destaca-se o papel do Estado, que teve atuação direta, legitimando as ações dessas famílias, criando lei de incentivos para a aquisição de terras públicas, formando assim o que ficou historicamente conhecido como oligarquia dos castanhais (EMMI, 2002).

Segundo Emmi (2002), uma primeira estratégica da oligarquia dos castanhais para a dominação da área em relevo, foi o arrendamento e o aforamento das terras, concedida pelo o Estado, no ano de 1918, por meio da criação de instrumentos jurídicos como a lei nº 1.747. Esta lei dava o poder para as grandes famílias locais adquirirem (na forma de arrendamento) terras públicas, as conhecidas terras devolutas.

O arrendamento das terras funcionava como uma espécie de aluguel, em que os arrendatários (as famílias tradicionais da região) tinham o direito de utilizar a área dos castanhais, no período de safra da Castanha-do-Pará. Emmi (2002), afirma ainda que a prática do arrendamento acabou com a extração livre, práticas que pequenos e médios coletores de castanhas realizavam, que detinham a permissão de acessar diversos outros recursos, que

garantiam a sobrevivência desses sujeitos, tais como a caça, a pesca e a coleta de outros frutos e sementes, além da própria castanha.

Desta forma, as famílias detentoras das terras passaram não apenas a ter o domínio das atividades econômicas, mas também de todas as dinâmicas regionais, sobretudo, o poder político local.

Em contrapartida, a apropriação das áreas dos castanhais não se deu de forma pacífica, por esse motivo a coação, ameaça e violência sempre se fez presente. Emmi (2002) escreve que:

A história deles registra o uso de violência pelos oligarcas e as relações de defesa por parte dos expropriados que não reconheciam o direito dos novos “donos”. Contribuíram para o desaparecimento dos castanhais do povo, o crescimento da cidade, a expansão da agropecuária e a apropriação pelos chefes de políticas locais (EMMI, 2002. p. 7).

A resistência por parte dos expropriados foi de suma importância para que os pequenos agricultores/as rurais se organizassem para lutarem pelos seus direitos ao acesso à terra, ocupando e resistindo, iniciando, assim, a organização coletiva de trabalhadores/as que foram desterritorializados.

Nesse contexto a violência física e ações coercitivas foram algumas das formas que os autodeclarados “donos dos castanhais” utilizaram para restringir, expulsar e ameaçar os trabalhadores/as.

Neste sentido, podemos compreender que não foi por acaso que Martins (2009), ao analisar a fronteira Amazônica, ressalta que um dos principais elementos para definir a fronteira no Brasil é propriamente o conflito. Isto porque, para o autor a fronteira é:

(...) um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociologia [e geográfica] porque encerra maior riqueza de possibilidades sociais. Em grande parte, porque, mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas (MARTINS, 2009, p. 154).

Nesta perspectiva, alguns personagens são de fundamental importância para entender o processo da disputa da terra no sudeste paraense, a exemplo do posseiro/a, termo utilizado para denominar aquele trabalhador/a rural que ocupa terras devolutas, essas terras não têm nenhuma comprovação de documento de posse que o define como dono e/ou proprietário da terra.

Para Pereira (2013), o termo posseiro foi apropriado e redefinido pelos trabalhadores/as rurais no sudeste paraense. Isto porque, nessa realidade, o posseiro/a não se limita a ocupação de terras devolutas, mas também disputa a terra frente aos agentes do capital, como os latifundiários e/ou empresários.

As experiências das lutas posseiras tiveram um importante papel na luta pela terra no sudeste paraense. Contudo, os intensos conflitos no espaço agrário ocasionaram um grande número de posseiros/as desterritorializados, os quais vieram a se tornar sem-terra. De tal forma, os posseiros/as, ora desterritorializados, buscaram se territorializar em outros espaços, como nas periferias das cidades e as fazendas próximas, outros buscaram a inserção em movimentos de luta pela terra, a exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (MIRANDA, 2017).

A inserção do posseiro/a no MST marca o início da territorialização do MST no estado do Pará, visto que os sem-terra tinham como principal objetivo reivindicar novamente o acesso à terra, em outras palavras, de se reterritorializarem. Para Miranda (2017), a experiência dos posseiros ajudou o MST emergir e a se desenvolver, na qual, vem contribuindo significativamente com seu projeto de luta pela terra, que se baseia no tripé terra, educação e produção. (MIRANDA, 2017 e 2020).

As organizações e as articulações do MST e dos STTRs passaram principalmente por meio da formação política e apoio jurídico da Comissão Pastoral da Terra – CPT e das Comunidades Eclesiais de Base – CEB, impulsionaram o desenvolvimento da luta dos sem terras no sudeste paraense e produziram uma grande linha de frente de posseiros/as e sem-terra na luta e na defesa da terra. Isso porque, esses dois personagens foram precursores do embate direto com latifúndios. Assim, o latifundiário é outro personagem que merece destaque para o entendimento da construção histórico-geográfica nesta sub-região.

Conforme Zeneratti (2017), o conceito de latifúndio é associado a grandes extensões de terras e a propriedades privadas. Ele afirma que:

(...) o latifúndio é produto do capitalismo, portanto não pode existir sem a propriedade privada, pois o próprio capitalismo a tem como expressão; evidentemente que somente esta afirmação já situa este debate, mas ainda faltam as contradições próprias deste modo de produção e o Estatuto da Terra promulgado em 1964 é a maior delas (ZENERATTI, 2017 p. 447).

A relação antagônica entre esses sujeitos sociais à violência é uma marca registrada. De forma que, o processo da disputa territorial entre o posseiro/a, sem-terra e o latifundiário

ditou a dinâmica do espaço agrário do sudeste paraense por muito tempo. De um lado os posseiros/as buscavam adquirir terras férteis para a produção de alimentos e a criação de pequenos animais, como forma de sustentarem suas famílias. Por outro, o latifundiário com objetivo de expansão das terras, muitas das vezes por meio da grilagem⁹.

Os objetivos das terras griladas eram diversos, porém podemos destacar pelo menos dois em particular: para a criação de gado e para a especulação da propriedade rural, a partir da valorização das terras com o “desenvolvimento regional”, a partir da década de 1970 (ASSIS, 2007).

A presença desses sujeitos sociais (posseiro/a, sem-terra e latifundiário) no sudeste paraense possibilitou a intensificação da conflitualidade acerca do espaço agrário. A partir dessa conflitualidade que a violência e a morte de trabalhadores/as rurais foram marcas registradas na formação desta sub-região, veja o quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Assassinatos no campo do sudeste paraense entre os anos de 2015 a 2021.

ANO	MUNICÍPIOS	Nº ASSASSINATOS	SUBTOTAL
2021	Pau D'Arco	1	1
2020	Ourilândia do Norte	1	1
2019	Ourilândia do Norte	1	2
	Rio Maria	1	
2018	Marabá	2	4
	Pau D' Arco	1	
	Santa Maria das Barreiras	1	
2017	Pau D Arco	10	17
	Itupiranga	2	
	Marabá	2	
	Curionópolis	1	
	Rio Maria	1	

⁹A grilagem de terra era feita pelo grileiro que segundo Pereira: “O grileiro era entendido não somente como aquele que falsificava e envelhecia documentos, mas aquele que era considerado “um impostor, que ficava colocando grilo, bagunça para usurpar, dominar, juntar o máximo de terras para ele”, conta Padre Paulo Joanil, ex-coordenador da CPT de Marabá” (PEREIRA, 2013, 51-52).

	Santana do Araguaia	1	
2016	Santana do Araguaia	1	3
	São Domingos do Araguaia	1	
	São Félix do Xingu	1	
2015	Conceição do Araguaia	5	11
	São Félix do Xingu	2	
	Vitória do Xingu	2	
	Floresta do Araguaia	1	
	Tucuruí	1	
TOTAL GERAL			39

Fonte: CPT (2021; 2020; 2019; 2018; 2017; 2016; 2015).

Elaboração: Lucas Ferreira Gomes, 2022.

Entre os anos de 2015 e 2021 a sub-região sudeste registrou 39 assassinatos no campo. Sendo que o município de Pau D' arco teve o maior número (12), seguido de Conceição do Araguaia (5), Marabá (4), São Félix do Xingu (3), Itupiranga, Santana do Araguaia, Rio Maria, Vitória do Xingu e Ourilândia do Norte com 2 cada, e Floresta do Araguaia, São Domingo do Araguaia, Curionópolis, Santa Maria das Barreiras e Tucuruí registrando 1. Ou seja, segundo os dados, o sudeste paraense apresenta uma média de, aproximadamente, 6 assassinatos no campo, por ano, se levarmos em consideração os dados dos últimos 6 anos.

A falta da atuação do Estado como regulador e como provedor da reforma agrária e a impunidade, são as principais razões da intensificação dos conflitos e a constante violência e assassinatos de trabalhadores/as rurais. É preciso ressaltar que, em muitos casos, o Estado se torna “carrasco” dos trabalhadores/as rurais. Isto porque, ao longo da formação do espaço agrário do sudeste paraense, muitas chacinas e massacres de trabalhadores rurais ceifaram as vidas desses sujeitos. Todavia, a atuação do Estado, por meio da Polícia Militar – PM, sempre se fez presente. Um exemplo é o episódio que ficou conhecido internacionalmente como massacre de Eldorado dos Carajás, na “curva do S”, o qual levou à morte de 21 trabalhadores rurais pela PM, no município de Eldorado de Carajás – PA, no ano de 1996.

Na ocasião, cerca de 1.500 trabalhadores rurais ocupavam e reivindicavam o acesso à terra, frente ao poder público. Com objetivo de pressionar o processo de desapropriação das

terras, os trabalhadores organizaram uma marcha até a capital Belém, para negociar com o Estado. No dia 17 de abril¹⁰, daquele ano, os trabalhadores realizaram uma manifestação (bloqueio de estrada) na PA – 155, para reivindicarem transporte para levá-los até a capital, além de alimentação, junto ao poder público. Em resposta o governo paraense acionou a PM, para a desocupação dos trabalhadores da estrada, o resultado da atuação policial foi um confronto sangrento que levou a morte de 21 trabalhadores rurais (PEREIRA, 2020).

Mais recentemente outra ação truculenta da Polícia Civil - PC e da Polícia Militar - PM deixou 10 trabalhadores/as rurais mortos no município de Pau D'arco - PA. No dia 24 de maio de 2017, a polícia realizou uma operação de busca e apreensão temporária de quatorze pessoas suspeitos de envolvimento na morte do segurança da fazenda Santa Lúcia¹¹.

Na ação foram mortos nove homens e uma mulher. Um fato que chama a atenção é a violência que foi empreendida, visto que todas as vítimas foram mortas com tiros de curta distância no peito e na cabeça, ao que tudo indica ambos foram executados (PORTO, 2020).

Neste sentido, chamamos a atenção para a ação de uma política de morte de trabalhadores/as do campo, nesta sub-região. De forma que o poder político se apropria da morte de trabalhadores/as rurais como poder de gestão. Nesta perspectiva, podemos dialogar com o filósofo camaronês Joseph-Achille Mbembe, o qual denominou tal processo de Necropolítica, em que o Estado dita as vidas de quem vive e de quem deve morrer.

Para Mbembe (2016), o conceito de necropolítica busca explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais diversos “sujeitos ou grupos sociais são submetidos às condições de vida que lhes conferem o *status* de viver ou morrer” (MBEMBE, 2016, p. 146).

Em alguns outros estudos em que se discute a apropriação do espaço amazônico, frente a violência do poder público, é possível identificar esse processo enquanto de degradação das vidas dos sujeitos, para esse processo autores como Malheiro (2020) denomina como Estado de exceção, em que o Estado tira a condição de existência dos povos e comunidades tradicionais, com o discurso de um suposto “desenvolvimento”.

¹⁰ Esta data se tornou um marco na luta pela terra no Brasil, em especial no sudeste paraense. Como forma de memória às vítimas a data é lembrada todos os anos por meio do Acampamento da Jornada da Juventude organizado pelo MST na curva do S local do massacre, além que a data é o nome do assentamento situado no município de Eldorado dos Carajás-PA.

¹¹ Informações retiradas da reportagem publicada no site do G1 - Pará no dia 24 de maio de 2017. Acessada em 28 de julho de 2022 às 16:10 no site:

<https://g1.globo.com/para/noticia/dez-pessoas-sao-assassinadas-em-fazenda-no-sudeste-do-para.ghtml>

Ainda sobre os conflitos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (2021), no ano de 2020, foram registrados 1.608 conflitos de terra no Brasil. No estado do Pará foram registrados 245 conflitos, o que corresponde aproximadamente a 15,2% de todos os conflitos registrados no Brasil.

Assim, o espaço agrário do sudeste paraense vem sendo evidenciado pela mesma problemática de 100 anos atrás, a luta pela terra a partir do derramamento de sangue. A disputa política e ideológica de distintos agentes nos mostra a tentativa de territorialização neste espaço. O capitalismo representado pela mineração e o agronegócio de um lado, e, de outro, os movimentos socioterritoriais, a exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e os sindicais dos trabalhadores(a) dos municípios, via organização da Fetagri, que nas últimas três décadas de luta pela democratização da terra no sudeste paraense, bem como os posseiros/as que se organizam em torno dos sindicatos almejando a reforma agrária. Neste sentido, nosso próximo tópico visa destacar o processo de territorialização dos movimentos sindicais/Fetagri e socioterritoriais/MST, a partir das ocupações, acampamentos e assentamentos.

2.3 A territorialização dos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri no sudeste paraense a partir das ocupações, acampamentos e assentamentos

Como apresentado até o presente momento, a sub-região do sudeste paraense é marcada pelo processo de conflitualidade na disputa territorial. Isto porque, os sujeitos travam embates para a implementação dos seus modelos de desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2009).

Os movimentos camponeses, por sua vez, pautam seus projetos de desenvolvimento territorial, a partir da conquista de parcelas de terra que possibilitam a sua reprodução social, econômica e política. Neste sentido, o presente tópico propõe discutir a territorialização dos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri, ambos do campo, no sudeste paraense, por meio da interpretação do processo de ocupações, acampamentos e assentamentos.

Nas últimas décadas o espaço agrário brasileiro vem passando por uma grande transformação. Isto porque, o mundo passa por um processo inimaginável de (re) estruturação

política, econômica e social. Este processo foi caracterizado por muitos autores como novo momento do capitalismo (ELIAS, 2006).

Uma das características desse período pode ser descrita a partir de uma concepção de uma sociedade pautada na produção e consumo globalizado. Isso se deve a inserção de procedimentos e métodos científicos na realização da produção, fazendo com que o tempo e o espaço se transformem, passando a ser sinônimo de poder e riqueza (ELIAS, 2006).

Para Elias (2006), a ciência, a tecnologia e a informação se consolidaram como pilares da produção. Neste sentido, o homem tem importante atuação, pois o mesmo pode modificar drasticamente a relação sociedade-natureza. Essa modificação faz com que o homem produza uma nova natureza, de caráter mais artificial, cuja construção é incerta, pois gera mais incertezas do que soluções, no que tange a manutenção dos recursos necessários à reprodução da vida.

E é neste contexto que o agronegócio e a mineração se estruturam no espaço agrário do sudeste paraense. As transformações ocorridas nas últimas décadas possibilitaram que essa realidade apresentasse um cenário de diversos impasses com os movimentos camponeses. Em meio a esse processo, novas infraestruturas são criadas e outras mantidas, é o de ferrovias, hidrovias e portos, além de um adensamento na rede de comunicação (internet 5G). Essas infraestruturas visam, sobretudo, a territorialização do capital, que, conseqüentemente, desterritorializa os sujeitos do campo, em particular os camponeses (OLIVEIRA, 1994).

O processo de territorialização do capital no espaço agrário brasileiro, em especial no sudeste paraense, se realiza através das contradições e desigualdades socioespaciais que, segundo Feliciano (2003), culmina na criação e recriação das relações não capitalistas de produção, de forma que ao mesmo tempo em que o capitalismo cria condições para seu desenvolvimento, ele recria relações que possibilitam a difusão do campesinato.

Neste sentido, os movimentos camponeses buscam criar estratégias para a expansão de seus projetos de desenvolvimento territorial. Deste modo, a territorialização dos movimentos socioterritoriais e movimentos sindicais no sudeste paraense estão sustentadas pela tríade das ocupações de terra, acampamentos rurais e projetos de assentamentos (os P.As.).

A construção do território camponês é fruto de um longo processo de disputa que envolve diversos sujeitos sociais, e a violência é uma marca registrada neste processo, e que muitas vezes é naturalizada e legitimada pelos agentes públicos (ALMEIDA, 2006). Mesmo diante de muitos impasses, os camponeses seguem firmes, resistindo e lutando pela conquista do território, em contrapartida, a resistência, assim como a violência, são marcas registradas

na territorialização camponesa. A resistência faz parte de um conjunto de estratégias de territorialização que acompanha os movimentos, ao longo do processo de luta pela terra.

As ocupações de terra são ações coletivas que reivindicam a democratização do acesso à terra, aspecto, no qual, os sujeitos têm a possibilidade do enfrentamento com os agentes que com eles estão disputando o território. Para Fernandes (2001), ocupação é intervenção dos trabalhadores no desenvolvimento do processo político e econômico de expropriação. E outro autor, como Feliciano (2003), acrescenta que a ocupação é uma forma de luta da classe camponesa, que possibilita a criação e recriação de costumes e práticas de reprodução da vida camponesa, situada na liberdade e na autogestão.

A ocupação da terra é também fundamental na propagação da reprodução social dos movimentos camponeses, e é sobretudo condição de existência da vida social. Conforme disse Fernandes (2008, n.p), “os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos”. É importante destacar que o fim de um território não significa o final da luta propriamente. Pois os movimentos surgem com novas formas e ações de enfrentamento.

Desta forma, entendemos que a ocupação de terra é uma ação central na luta dos sujeitos que reivindicam o acesso ao território, seja ela realizada pelos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri, a partir de ações coletivas, que anunciam o processo de territorialização camponesa.

Por consequência, a ocupação da terra é compreendida por aqueles que são contrários aos movimentos que lutam pelo acesso à terra como “invasão de terra”, termo pejorativo para banalizar as ocupações. Sobre essa discussão Feliciano (2003, p.111) destaca que:

O termo "invasão" é interpretado por aqueles que veem essa forma de luta como um ato ilícito, criminoso e ilegal. (...) O uso e o poder da mídia, por exemplo, acaba por dispersar para a grande massa da população, uma concepção carregada de preconceito e desinformação.

Constantemente é propagado por jornais, revistas e mídias sociais a associação das ocupações de terra a ideia de “invasão de terra”, que tem como intenção a criminalização dos movimentos e dos sujeitos que ali vivem. Esse é um embate que ocorre no campo ideológico e teórico da disputa do território imaterial, afirma Fernandes (2005).

Em contrapartida, os sujeitos que realizam tal ação, compreendem que a ocupação de terras não é ato ilícito, e muito menos uma balbúrdia, mas, sim, uma reivindicação do direito

ao acesso à terra para sua criação, recriação e reprodução social como afirma um acampado em entrevista:

Ocupar terra não por bandidagem, vandalismo. Mas ocupar terra improdutiva, latifúndios, para nós produzir. Isso mudou a vida de muita gente do Rio Grande do Sul para cá. Muita gente melhorou, hoje saiu daquela linha de pobreza, graças ao movimento, nós temos esse sentimento de gratidão. (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Essa ação é carregada de simbologia e identidade, visto que é o primeiro momento dos sujeitos no território material, refletida, sobretudo, no seu processo de territorialização, de modo que o segundo momento corresponde à construção de acampamentos.

A formação de acampamentos rurais é importante para a organização política dos movimentos camponeses, pois consiste em um espaço geográfico de luta e resistência, de formação e/ou ressocialização, além de ser o ambiente de articulação das principais estratégias (trabalho de base) de reivindicação, para construir ações de territorialidade, conforme propõe Fernandes (2001).

Fernandes (2001) define acampamento como espaço e tempo de transição da luta pela terra, que, por consequente, exprime a materialidade da organicidade dos sem-terra, de forma que expressa, nesses espaços, os principais elementos de organização dos movimentos. Uma outra definição interessante é de Miranda (2019), para ele os acampamentos podem ser entendidos como “Territórios-acampamentos”.

Segundo Miranda (2019), os acampamentos são provenientes da luta dos movimentos sociais, que utilizam a política de escala (local, regional, nacional e internacional) e da rede geográfica solidária camponesa, entre acampados e assentados, com objetivo de criarem parcerias que subsidiam a luta pela terra, por meio da ocupação e da construção de acampamentos e assentamentos.

Os acampamentos compreendem o espaço-tempo de transição para o assentamento, logo, condição para a transformação da realidade camponesa. O processo da luta dentro do acampamento, para que esse se torne um assentamento no futuro, é um momento importante para a constituição de uma territorialização (relativamente) mais permanente e menos precarizada.

Sobre o tema Miranda (2021) ressalta que os assentamentos se definem enquanto produto das lutas dos movimentos, assim como um produto formal de um ato administrativo. Este último acreditamos ser o principal entrave do acesso à terra pelos camponeses. Isto

porque, a criação do assentamento passa pela “mão” do Estado, sendo que, em muitos casos, é o próprio Estado que busca excluir, punir e violentar os camponeses e os movimentos que lutam por território.

Quando nos referimos ao sudeste paraense, o processo de construção de acampamentos e assentamentos é complexo, seja pela quantidade de acampamentos construídos, ou pela presença intensa dos movimentos camponeses. Isto se comprova ao analisarmos a construção de acampamentos rurais na sub-região sudeste paraense. Veja o quadro 2.

Quadro 2 - Acampamentos rurais no sudeste paraense até o ano de 2019

Municípios	Nº de Acampamentos	Nº de Famílias	Movimentos socioterritoriais e sindicais
Abel Figueiredo	03	221	Fetagri/FetraF
Água Azul do Norte	03	80	Fetagri
Bannach	03	-----	-----
Bom Jesus do Tocantins	06	520	Fetagri
Brejo Grande do Araguaia	03	64	FetraGri
Breu Branco	08	342	Fetagri/FetraF
Canaã do Carajás	07	1.091	Fetagri/FetraF/MST
Conceição do Araguaia	08	355	Fetagri/FetraF/LCP
Cumarú do Norte	04	400	Fetagri/FetraF
Curionópolis	04	620	SintraF/Fetagri/MST
Eldorado dos Carajás	05	625	Fetagri/MST
Floresta do Araguaia	05	176	Fetagri/FetraF
Goianésia do Pará	08	431	Fetagri/FetraF
Itupiranga	10	657	Fetagri
Jacundá	03	243	Fetagri/FetraF

Marabá	13	2.090	Fetagri/FetraF/MST
Nova Ipixuna	02	60	Fetagri
Novo Repartimento	01	-----	Fetagri
Ourilândia do Norte	02	308	Fetagri/MST
Palestina do Pará	01	-----	FetraF
Parauapebas	03	205	Fetagri
Pau D' arco	02	26	-----
Piçarra	04	150	-----
Redenção	06	428	Fetagri
Rio Maria	04	130	Fetagri
Rondon do Pará	06	300	Fetagri/FetraF
Santa Maria das Barreiras	06	528	Fetagri/FetraF/LCP
Santana do Araguaia	05	563	Fetagri
São Félix do Xingu	10	700	Associação dos Pequenos Produtores rurais da Terra Roxa (fundado em 2008)/Fetagri
São João do Araguaia	07	188	Fetagri/FetraF
Sapucaia	02	473	Fetagri/FetraF/MST
Tucumã	01	65	MST
Tucuruí	05	584	Fetagri/FetraF
Xinguara	04	520	Fetagri/FetraF/LCP/MST
TOTAL	149	13.143	-----

Fonte: Dataluta Pará, 2019.

Elaboração: Lucas Ferreira Gomes, 2022.

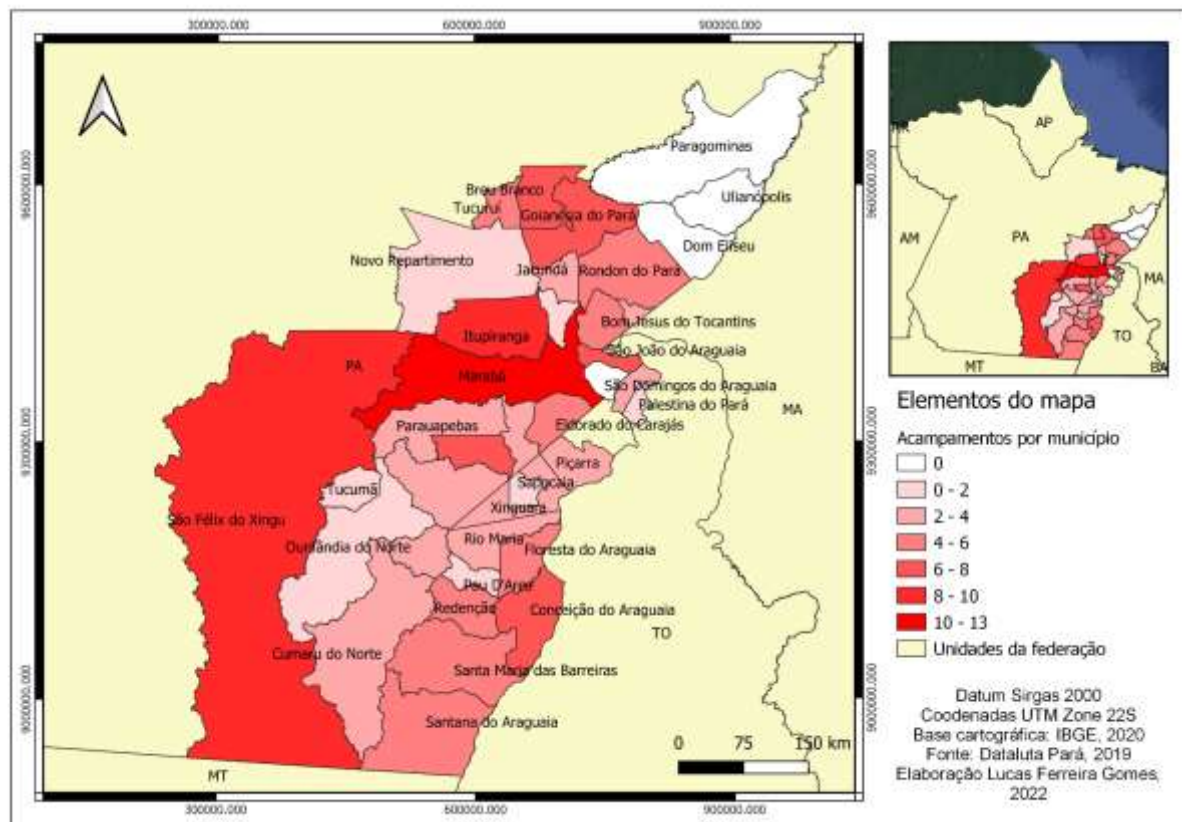
Neste sentido, é possível constatar o intenso processo de territorialização dos movimentos socioterritoriais e movimentos sindicais no sudeste paraense, isto é expresso a partir da construção de acampamentos rurais. De tal forma que até o ano de 2019 foram

identificados 149 acampamentos nesta sub-região. Esses acampamentos correspondem aproximadamente a 13.143 famílias.

Um aspecto que nos chama a atenção é a presença intensa de três movimentos que organizam e luta pela terra, por meio da construção dos acampamentos, sendo eles: Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra - MST; Federação dos trabalhadores na Agricultura Familiar – Fetraf-PA e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado do Pará - Fetagri responsável pela organização do movimento sindical.

Nesta perspectiva, os municípios com maiores números de acampamentos são: Marabá (13), São Félix do Xingu e Itupiranga (10), Breu Branco, Conceição do Araguaia e Goianésia do Pará (cada um com 8), além de Canaã dos Carajás e São Geraldo do Araguaia (cada um com 7). O mapa 2 abaixo tem como objetivo ilustrar a territorialização dos 149 acampamentos no sudeste paraense.

Mapa 2 - Territorialização dos acampamentos no sudeste paraense no ano de 2019



Dos 39 municípios que compõem a sub-região do sudeste paraense, pelo menos 34 possuem ao menos um acampamento. Assim, a construção dos acampamentos rurais é um processo importante na territorialização camponesa, na conquista pela terra. Todavia, a

construção de acampamentos não significa automaticamente a inserção dos camponeses na terra, isto fica evidente quando analisamos o quadro 3, a partir de dois aspectos: os números de famílias assentadas e a quantidade de assentamentos criados.

Quadro 3 - Assentamentos rurais construídos entre os anos de 2010 a 2022 no sudeste paraense

Municípios	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias	Área (ha)
Canaã do Carajás	01	49	1.685
Conceição do Araguaia	04	186	7.263
Cumarú do Norte	01	120	4.765
Curionópolis	01	109	4.804
Eldorado dos Carajás	03	609	9.126
Floresta do Araguaia	01	74	3.026
Goianésia do Pará	02	170	8.418
Itupiranga	01	38	2.265
Marabá	03	251	6.904
Rio Maria	01	212	15.456
Rondon do Pará	01	61	2.765
Santa Maria das Barreiras	01	463	23.381
São Félix do Xingu	01	419	25.210
Tucumã	01	53	382
Xinguara	01	142	3.630
TOTAL	23	2,956	119.082

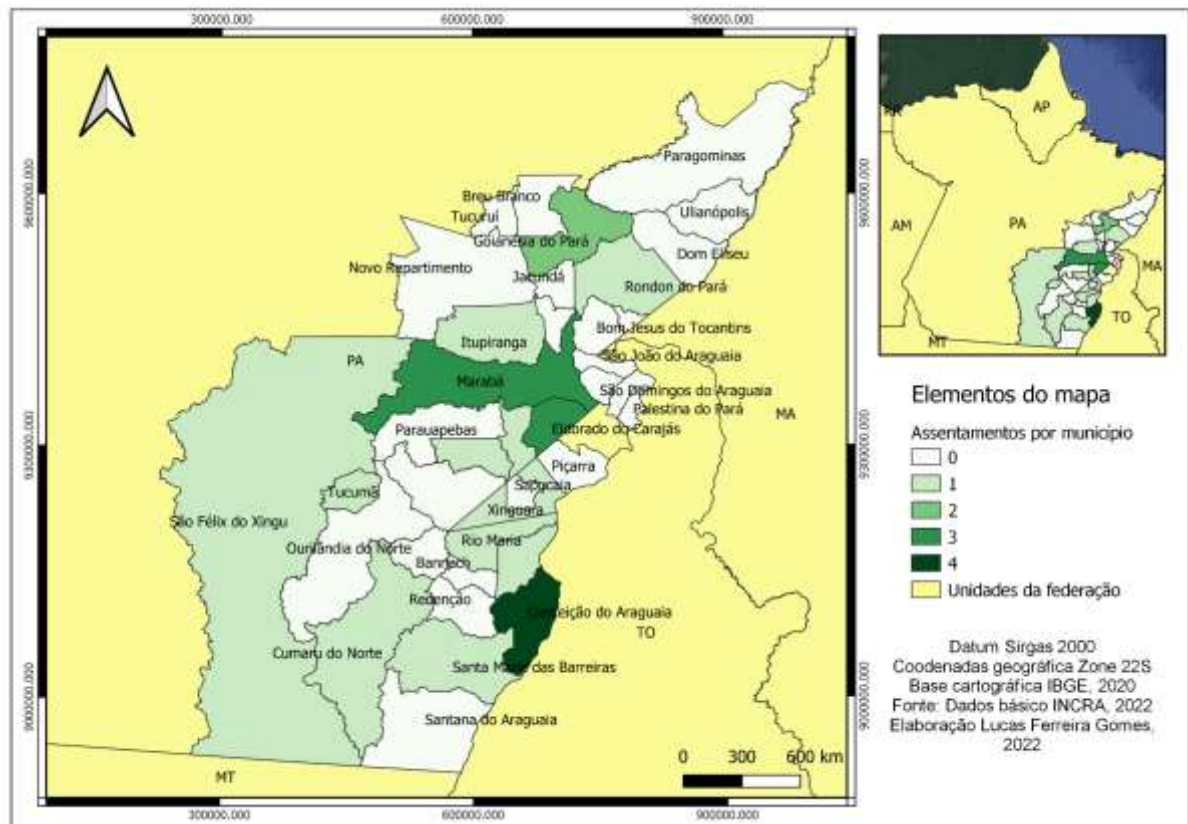
Fonte: INCRA, 2022.

Elaboração: Lucas Ferreira Gomes, 2022.

O Instituto Nacional da Reforma Agrária - INCRA tinha criado 23 assentamentos entre os anos de 2010 a 2022, no sudeste paraense, isto corresponde a 2.956 famílias que foram ou estão em processo de assentamento em uma área de, aproximadamente, 119.082 hectares. Destaca-se que dos 39 municípios da sub-região sudeste paraense somente 15 têm pelo menos 1(um) assentamento nos últimos doze anos.

Os municípios que se destacam com o maior número de assentamentos são: Conceição do Araguaia (4), Marabá e Eldorado dos Carajás (3); Goianésia do Pará (2) e os demais correspondem a 1 (um) assentamento cada. O mapa 3 mostra territorialização dos assentamentos no sudeste paraense.

Mapa 3 - Territorialização dos assentamentos rurais no sudeste paraense entre os anos de 2010 a 2022



A disparidade entre a quantidade de acampamentos (ascensão da luta) para a quantidade de assentamento (acesso à terra) é muito grande, ao levarmos em consideração os 144 acampamentos identificados até 2019 e compararmos com a quantidade de 23 assentamentos criados de 2010 a 2022.

Portanto, a partir dos elementos até aqui expostos e discutidos, entendemos que as ocupações de terra (reivindicação), acampamento (ascensão da luta) e assentamento (acesso à terra), constituem-se enquanto pilares do processo de territorialização dos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri no sudeste paraense que se encontra em um intenso campo de disputa. Mesmo que de forma processual e singular, esses movimentos se consolidam como construtores desse espaço agrário, comumente, eles são construtores de múltiplos territórios camponeses.

Assim, este processo de territorialização, por meio da tríade ocupação-acampamento-assentamento, configura-se como o principal meio de luta pela terra no sudeste paraense. Mesmo que este processo da luta pela terra nessa sub-região apresente uma série de contradições e desigualdades de forças. De modo que a violência, a expropriação, a

criminalização dos movimentos, entre outros fatores, façam parte deste processo. Sendo assim, no próximo capítulo, buscaremos adentrar no processo de construção de acampamentos rurais à luz da realidade do município de Canaã dos Carajás.

CAPÍTULO III: A GEOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA: A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS-PARÁ

Contam que por essas terras,
Quem trabalha a terra,
Só vive a penar.
Batidos sem direito a terra,
Vivem em pé de guerra,
Sem poder sonhar.
Com a vida que nasce da terra,
E ao pó da terra,
A vida voltará.
A terra ela é sagrada,
Nas as mãos,
De quem trabalha a terra,
Suo vida trabalho e terra,
O direito à terra,
E de quem trabalha.

O Canto da Terra Sagrada de Paulo Amorim

Como apresentado no capítulo anterior, o processo da luta pela terra é bem complexo, pois existem vários elementos e sujeitos envolvidos. Neste sentido, a Ciência Geográfica, em especial a Geografia Agrária, nos ajuda a entender os processos e as consequências socioespaciais que são atrelados à disputa da territorialização camponesa.

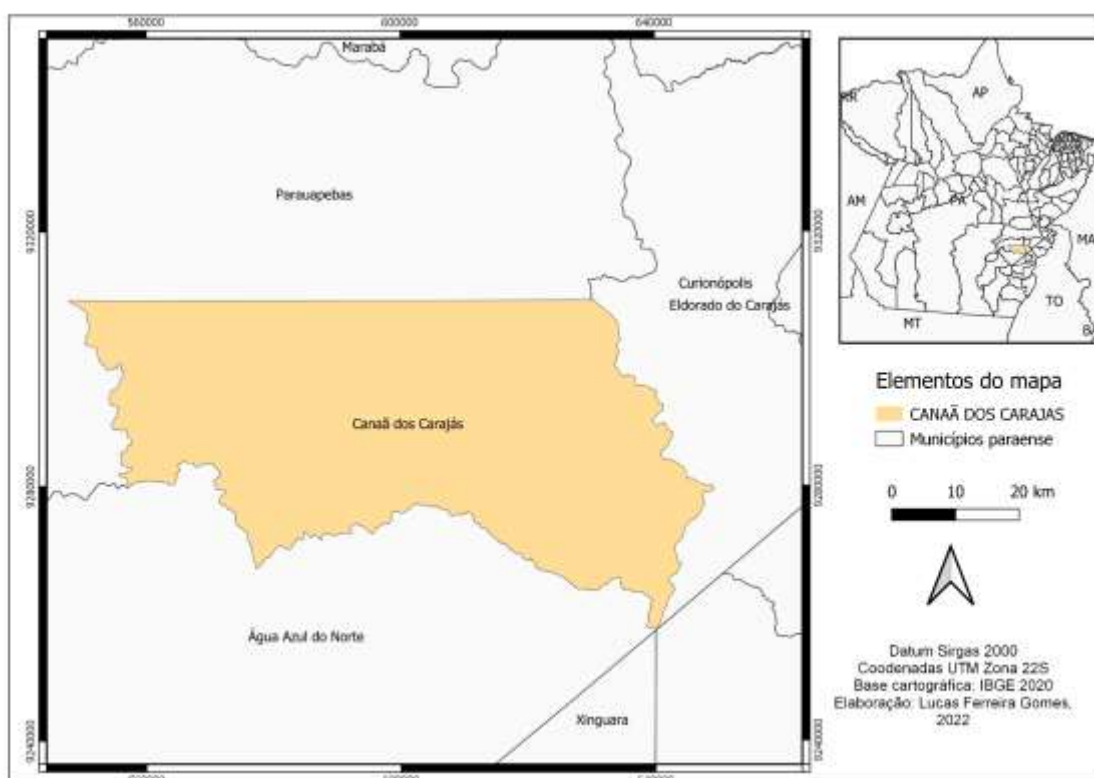
Nessa perspectiva, o terceiro e último capítulo “Territorialização camponesa no município de Canaã dos Carajás-Pará” aborda sobre a realidade da territorialização camponesa do município de Canaã dos Carajás, a partir da análise dos conhecimentos geográficos, particularmente, o conceito de território.

Neste sentido, o capítulo é dividido em quatro partes. A primeira traz a resistência dos camponeses frente ao processo de apropriação territorial de Canaã dos Carajás. Na segunda parte, adentramos dentro do território camponês (os acampamentos), destacando pontos relevantes da sua construção. A terceira buscaremos analisar a proximidade dos conhecimentos geográficos produzidos pelos acampados. Por fim, analisaremos suas estratégias de construção e manutenção do território.

3.1 CANAÃ DOS CARAJÁS: a resistência camponesa frente ao processo de expropriação do território

À luz do processo de construção e consolidação dos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri no sudeste paraense, propõe-se nesse tópico apresentar, ainda que parcialmente, a resistência camponesa no espaço agrário do município de Canaã dos Carajás, a partir da realidade dos acampamentos (ver a representação cartográfica do município no mapa 4).

Mapa 4 - Localização do Município de Canaã dos Carajás



O município de Canaã dos Carajás surgiu no período da ditadura civil-militar, na década de 1980, a partir de assentamentos rurais criados pelo extinto Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins - GETAT, que, naquela época, era subsidiado pela Secretaria Geral de Segurança Nacional – CSN, sendo criador do Centro de Desenvolvimento Regional - CEDERE I, II e III. Todavia, o CEDERE II e III, posteriormente, foi transformado no atual município de Canaã dos Carajás (CRUZ; CANGILIO, 2017).

A criação dos CEDERE I, II e III por parte do GETAT objetivava: a) criar um centro de produção de alimentos para atender os trabalhadores do Projeto Grande Carajás - PGC; b) conter e assegurar diferentes frentes de imigrantes oriundos de várias regiões do Brasil para que não ocupassem as terras de interesse de exploração mineral destinada a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, privatizada em 1997 e se tornando Vale S.A; e c) diminuir a tensão dos conflitos por terra na região conhecida como Bico do Papagaio, localizada entre o sudeste paraense, norte do Tocantins e sul do Maranhão (GOMES; MIRANDA, 2019).

A criação do município de Canaã dos Carajás está ligada diretamente ao processo de extração mineral de Carajás, seja no primeiro momento como área de produção de alimento para o PGC, ou no segundo momento com a exploração do minério propriamente. Até a década de 1990, ainda com forte influência do objetivo de produção de alimentos para atender o PGC, o município de Canaã dos Carajás tinha sua economia direcionada para agricultura e agropecuária, além da produção de arroz, feijão e milho (CABRAL et al. 2011).

Com a descoberta de jazidas minerais de ferro, cobre e níquel, o município passou a receber muitos investimentos para a extração desses minerais. Nesse contexto, dois projetos se destacam, a saber: o projeto Sossego, instalado no ano de 2004, que tem como objetivo a exploração de cobre; e o projeto S11D, de exploração de minério de ferro, com início de sua exploração em 2015. Ambas são administradas pela mineradora Vale S.A e elevaram o município ao patamar de uma das áreas de maior produção mineral do mundo.

Junto ao discurso de “desenvolvimento”, emprego e melhoria do município, vieram os problemas socioambientais. No Boletim Pyguara, da edição de 2013, citado por Cruz e Cangilio (2017), estão sistematizadas diversas críticas à respeito do projeto S11D, dentre elas se destacam, por exemplo: a) inchaço populacional, acarretando aumento no custo de vida e da violência, precarização dos serviços públicos (educação, segurança e saúde); b) aumento do desemprego após o final das obras de implantação, visto que muitos imigrantes se deslocaram de outra parte do país para trabalhar nas instalações da mina; e c) expulsão dos agricultores do campo, provocando redução na produção de comida, contribuindo para o aumento dos conflitos no espaço agrário de Canaã dos Carajás.

A desterritorialização dos sujeitos que vivem no campo de Canaã dos Carajás seja em acampamentos, seja em vilas, são constantes, principalmente aqueles que estão no entorno de áreas com interesse mineral da Vale S.A, a exemplo do que ocorreu com os moradores da vila Mozartinópolis, conhecida popularmente como Racha-Placa, cujos habitantes foram desterritorializados para dar espaço a Unidade de Conservação - UC (espaço de interesse

mineral da Vale S.A) e foram reterritorializados no Projeto de Assentamento - P.A. Américo Santana.

No que concerne à territorialização (ainda que precária e relativa) dos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri, esta ocorre, como já anunciado em páginas anteriores, pelas ocupações de terras e a criação de acampamentos, a qual se tornam elementos de resistência, assim como assegura a permanência dos trabalhadores e trabalhadoras na luta pela terra.

Os camponeses que vivem no espaço agrário de Canaã dos Carajás são organizados coletivamente em defesa de suas vidas, de seus territórios e de sua soberania. As organizações camponesas se acentuam em três principais movimentos (Fetagri, MST e Fetraf), que têm apoio na formação política, produtiva e jurídica da CPT e do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical - Cepasp.

Conseqüentemente, nos anos de 2014 e 2015, os movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri, do município de Canaã dos Carajás, organizaram-se e ocuparam terras visando à formação de diversos acampamentos rurais, como relatado em entrevista pela liderança sindical do município.

Desde quando o sindicato buscou uma parceria com os companheiros lá fora; a CPT, a Cepasp e a Fetagri [regional sudeste], eu senti firmeza para a gente desenvolver esse trabalho [ocupação das terras] aqui em nossa região. Quando nosso jurídico [CPT] abriu espaço para nos defender, nos orientar, eu pensei que o passo era esse. Nosso objetivo era adquirir essas áreas, fazer com que elas voltassem a produzir.

Ainda sobre a formação dos acampamentos, a liderança sindical explica como se desenvolveu as ocupações dos acampamentos organizados pelo STTRC.

As ocupações não foram da noite para o dia, houve um período que discutimos e organizamos direitinho, né! Desde a busca do primeiro apoio no sindicato para nós começamos a sentar e conversar, analisar... esse processo [articulação das ocupações] foi longo de buscar apoio, isso foi em 2014, as primeiras reuniões com a Fetagri e a Cespap, para que no ano de 2015 comessem as ocupações (...). A primeira foi a fazenda São Luís, que é o acampamento do Grotão do Mutum, se eu não me engano foi no dia 13 de julho fizemos a ocupação, e já no dia 14 ocupamos o Serra Dourada (...). Neste mesmo ano, em dezembro, foi feita a ocupação do Axixá e Alto da Serra, tudo junto.

A construção de acampamentos rurais no município de Canaã dos Carajás é indispensável para os movimentos, visto que são nesses espaços que eles se articulam e se organizam coletivamente, além de debaterem sobre a formação de uma consciência de classe.

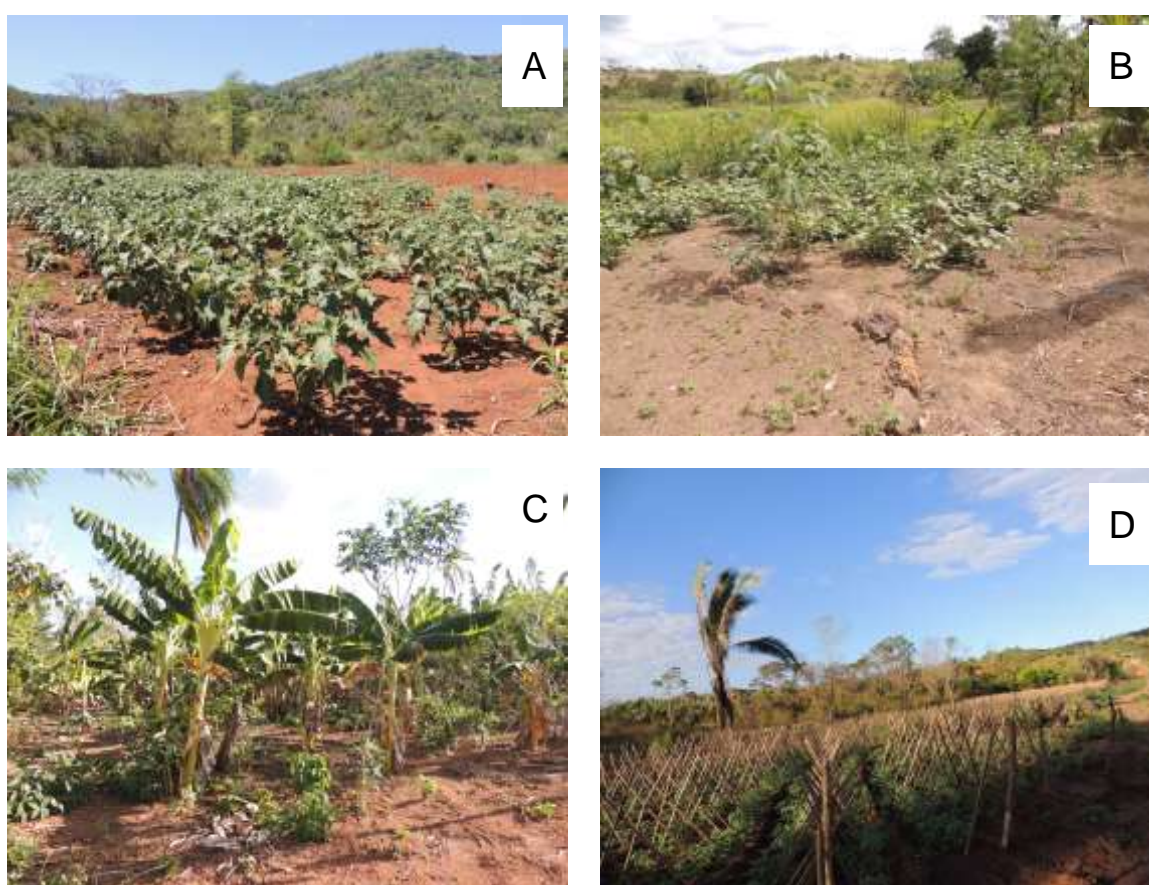
Talvez seja por esse motivo que os acampados sofrem, cotidianamente, diversas modalidades de violência, tais como, ameaças, intimidações físicas, restrição à circulação de estradas, impedimento ao acesso a recursos naturais (floresta, rio, lago etc.), além de vigilância por meio de empresas de segurança privada (ou policiamento fornecido pelo Estado), de helicópteros e drones que mapeiam as ações dos acampados e levantam informações acerca das suas lideranças, com vistas a futuras ações criminais, como relata o acampado do Nova Conquista II, ao ser questionado que tipo de preconceito eles sofrem no acampamento:

Rapaz, as reclamações internas são a respeito do pessoal da saúde, porque quando alguém de nós chega lá [hospital], eles ficam falando que é sem-terra, e outras coisas. Já fomos lá várias vezes pedir para que um agente de saúde viesse visitar o acampamento, mas sempre negam, alegando que não estamos incluídos no programa deles. Mas vai chegar a hora que teremos que conversar com o prefeito, e eles terão de vim aqui uma hora e iremos conversar com ele, porque quem manda em tudo é ele [prefeito]. Mas eles sempre alegam que não estamos no programa deles. (...) O motorista do ônibus que recolhe os alunos, também já pedimos que passasse aqui e pegasse os alunos daqui do acampamento, mas ele se nega (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

As condições adversas vivenciadas pelos acampados foram representadas por meio de uma cartografia social produzida no ano de 2020 e publicada no 6º Boletim Informativo da Nova Cartografia Social da Amazônia, com o título “Trabalhadores da Agricultura Familiar: Acampados oprimidos pela mineração em Canaã dos Carajás - Pará” (mapa 5).

Mesmo em condições precárias e de insegurança territorial, visto que os camponeses de Canaã dos Carajás podem ser desterritorializados a qualquer momento, eles resistem ao modelo de desenvolvimento pautado na mineração. Neste sentido, os camponeses buscam resistir por meio da construção de territórios alternativos, que quebram paradigmas da questão agrária, seja na produção de espaço político-pedagógicos (acampamento), seja enquanto espaço de produção de alimentos, dentro do próprio acampamento (FERNANDES, 2013). Veja a figura 1 a seguir.

Figura 2 - Produção camponesa nos acampamentos rurais de Canaã dos Carajás-PA, 2019.



Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de campo, agosto de 2019.

- a) Cultivo de Jiló, Acampamento União do Axixá, Canaã dos Carajás, 2019.
- b) Cultivo de feijão e mandioca, Acampamento Eduardo Galeano, Canaã dos Carajás, 2019.
- c) Cultivo de banana. Acampamento Alto da Serra, Canaã dos Carajás, 2019.
- d) Cultivo de tomate, Acampamento Alto da Serra, Canaã dos Carajás, 2019.

A produção de alimentos nos acampamentos é um elemento muito importante para as famílias, visto que a maior parte dessa produção é destinada para o consumo familiar, o

excedente é comercializado nas feiras e nos mercados locais. Para um dos acampados do Eduardo Galeano, a principal forma de resistência dos camponeses é a produção:

(...) consideramos que a maior forma de resistência é a produção, é resistir aqui dentro do acampamento, o fato de a gente resistir... isso, por exemplo, produzir alimento, auto se sustentar aqui, é a nossa maior forma de resistência... é tão mais importante, do que ocupar um prédio público, ou uma estrada. Porque se a gente se manter aqui e ganhar, com isso nós pretendemos ganhar o apoio do pessoal da cidade... olha o cara tá trabalhando lá, vocês falam que ele é preguiçoso, mas ele está produzindo o alimento dele, e ele ainda traz para vender para cá (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Desta forma, os acampados de Canaã dos Carajás, buscam resistir no território, a partir das suas organizações, enquanto movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri, as quais lhes possibilitam uma territorialização, ainda que apresente várias problemáticas pela falta de condições essenciais de vida (saúde, educação e alimentação) e instável, pelo fato de que o acampamento pode ser desterritorializado a qualquer momento, pelo Estado e os agentes do capital. Com base nos elementos até aqui expostos, propomos analisar, a seguir, a construção dos acampamentos rurais enquanto território de luta, resistência e de esperança.

3.2 CANAÃ DOS CARAJÁS: da mineração à construção de acampamentos rurais

O município de Canaã dos Carajás é um dos principais municípios do Brasil na exploração mineral. A partir da inserção dos projetos Sossego e S11D, aumentou-se ainda mais o *status* do município frente à exploração mineral, principalmente no minério de cobre e de ferro.

Com efeito, a principal atividade econômica do município é justamente a mineração, na qual, sendo a fonte de grande parte da arrecadação de impostos. Segundo os dados da Agência Nacional de Mineração - ANM, o município de Canaã dos Carajás, no ano de 2021, arrecadou, por meio da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, um montante de 1.857.040.185,99, correspondendo a 3,4% de sua operação anual. Para o município produtor é destinado 60% da arrecadação.

Os valores bem expressivos na arrecadação de *royalties* da mineração é uma premissa para discurso do desenvolvimento do município de Canaã dos Carajás. As receitas geradas

pela arrecadação devem ter como objetivo o investimento em setores (educação, saúde, segurança e meio ambiente) que possam beneficiar o município, entretanto, é possível visualizar em Canaã dos Carajás, várias dessas áreas desassistidas pelo poder público, sobretudo no espaço rural.

A mineração em Canaã dos Carajás imprime uma série de problemas tanto no âmbito social, quanto no ambiental. Esse último, por exemplo, é causado pela exploração do subsolo, ocasionando poluição, perda de biodiversidade e a própria escassez do minério. Em entrevista realizada em trabalho de campo, um dos moradores do acampamento Eduardo Galeano, organizado pelo MST, deu sua opinião sobre o processo de extração mineral, realizada pela Vale S.A, em Canaã dos Carajás. Ele afirma que:

A gente não é contra a mineração, extração... Poxa... mas faz uma coisa mais humana, em que beneficia todo mundo né?... E deixe algum legado para aquela cidade, porque olha, o legado que deixaram em Brumadinho e Mariana foi só morte e destruição, não é isso que nós queremos para cá... a gente está correndo risco de a qualquer hora poder ocorrer um acidente, que possa ser que seja até mais grave (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Neste mesmo sentido, uma das lideranças do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás - STTRC do município ressalta que:

Nós não somos contra nenhum projeto de mineração, nós somos a favor que o desenvolvimento venha, hoje temos até Universidade, tudo bem. Agora o que a gente percebe, é assim, de que forma das más aplicações dos recursos (Entrevista realizada na cidade de Canaã dos Carajás. Liderança sindical. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Para um dos acampados do Nova Conquista II, os impactos ambientais estão diretamente ligados à presença da mineração no município, mas a mineradora busca minimizar com o falso discurso de desenvolvimento difundido, principalmente por aqueles que trabalham na empresa e, por conseguinte, acaba dificultando a luta dos movimentos:

Rio Parauapebas. Ele não secava para cortar não, mas hoje ele corta, porque esse monte de buracos, com mais de mil metros de fundura [referência aos buracos das minas], a água desce para lá. Nós vemos que não é, porque o tanto de coisas [rejeito] que ele joga aí, polui a água... produtos... Mas para a sociedade, acham que é porque ela gera uma melhoria de empregos. E a pessoa que está empregada lá, não vai ficar ao nosso favor e contra a Vale, porque é de onde ele tira o sustento dele e, eu entendo, porque qualquer

pessoa que tivesse lá defenderia. E hoje, se junta Parauapebas e Canaã, aí... o povo tem a visão de que a Vale é tudo (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

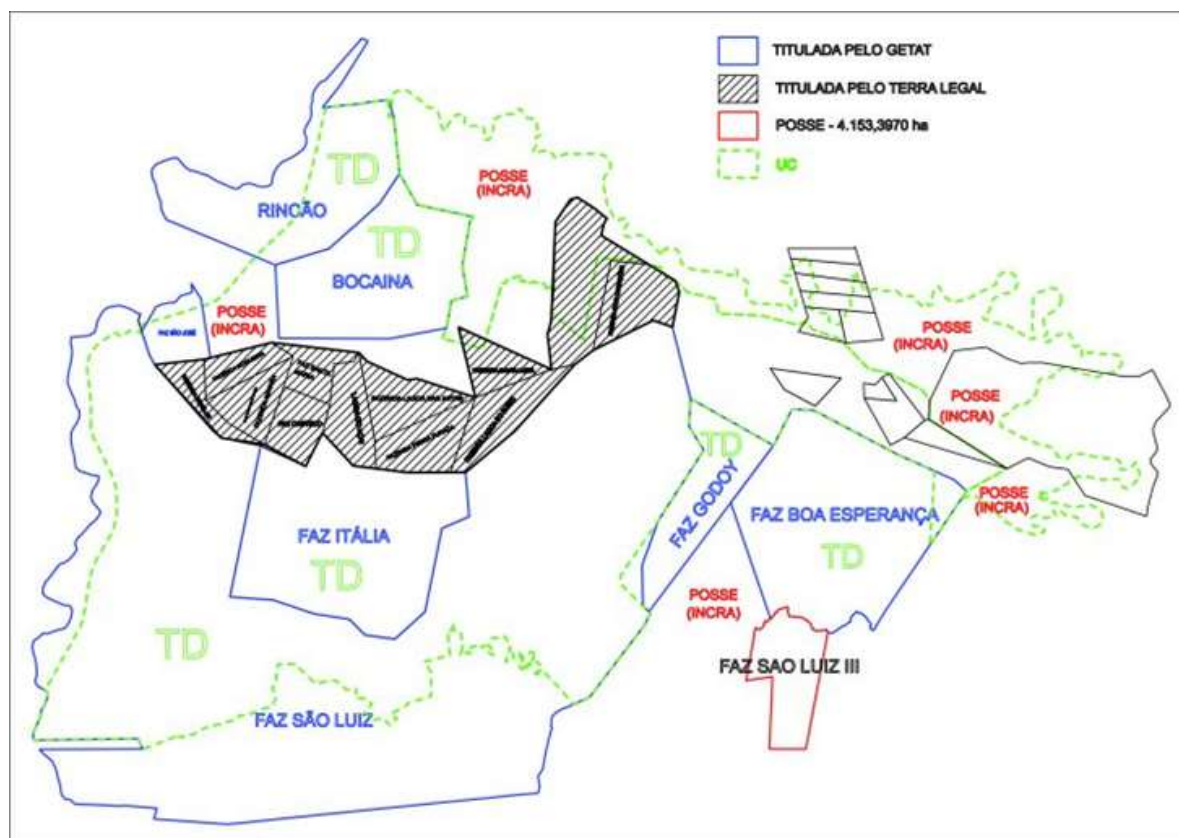
Uma segunda problemática causada pela mineração no município são os conflitos no campo, pela disputa do território entre a mineradora Vale S.A. e os trabalhadores e trabalhadoras rurais, em especial os acampados em torno dos projetos de mineração. Isto porque, a mineradora Vale S.A. realizou, na década de 1990 até o ano 2000, a compra de diversas terras no/ou próximo dos projetos minerais.

As terras adquiridas pela mineradora foram convertidas em propriedades rurais (fazendas), as quais, são utilizadas no sistema de comodato, ou seja, embora a mineradora Vale S.A. tenha comprado as terras, ela garante o direito de uso aos fazendeiros locais, com o intuito desses agentes garantirem a segurança da propriedade, ainda que por meio da violência. Outra parte das terras foi destinada para compensação ambiental (Unidade de Conservação - UC, veja o mapa 6¹²).

As compras dessas terras pela da mineradora Vale S.A. são contestadas por parte dos agricultores, pois eles questionam que grande parte dessas terras são áreas públicas, pertencentes ao Instituto de Terra do Pará – ITERPA, cedidas para o GETAT, para criação dos projetos de assentamento Carajás I, II e III, como ilustrado no mapa abaixo.

¹² Mapa retirado da reportagem **Mais “chumbo grosso” pode vir por aí!**, publicado em 16 de março de 2017 no site: <https://mineracaosudesteparaense.wordpress.com>

Mapa 6 - Áreas de titulação pública apropriadas pela mineradora Vale S.A.



Fonte: Cepasp, 2016.

Como mostra o mapa acima, grande parte da área adquirida pela mineradora Vale S.A. é proveniente de terras públicas, as quais não foram tituladas pelos antigos ocupantes (em geral posseiros e/ou posseiras), desta forma, caracterizadas como terras ainda pertencentes à União (SANTOS et al., 2018). Por este motivo, a Vale S.A. e os trabalhadores rurais, em torno dos projetos de mineração, vêm traçando diversos embates, em que muitos dos casos acabam na desterritorialização de trabalhadores/as rurais de suas terras.

A concentração de terra, por parte da mineradora Vale S.A, ocasionou alguns problemas no espaço agrário de Canaã dos Carajás. A primeira está relacionada à desterritorialização de um número expressivo de trabalhadores/as rurais de suas terras. A segunda está na mudança da dinâmica da produção de alimentos, os agricultores/as ora desterritorializados e, com a presença da mineradora, a produção da agricultura baixou consideravelmente, visto que as terras, antes destinadas à produção de alimentos, como

destaque para arroz, feijão, mandioca e o milho, passaram a ter centralidade na extração de *commodities* minerais, como afirma uma das lideranças sindicais do STTRC do município:

A mineradora adquiriu mais da metade do município, isto fez com que o nosso desenvolvimento da agricultura familiar, ele foi por água abaixo, hoje nós percebemos que a agricultura já deu uma melhorada, porque muitos companheiros estão produzindo, estamos tentando que aquelas terras que passou vinte anos parada, hoje elas já estão voltando a ser produzida (Entrevista realizada na cidade de Canaã dos Carajás. Liderança sindical. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Anteriormente a intensificação da extração mineral, o município de Canaã dos Carajás era referência no cultivo de arroz, milho e feijão, com a expulsão dos agricultores de suas terras, esses produtos, que no primeiro momento eram produzidos no município, passaram a ser obtidos de outras regiões brasileiras, encarecendo substancialmente os valores desses produtos, conseqüentemente, o custo de vida para as pessoas mais pobres elevou-se.

A presença da Vale S.A. reorganizou o território do município de Canaã dos Carajás, criando, assim, configurações espaciais (SANTOS, 1988)¹³ de forma muito rápida e atrelada à uma lógica do capital financeiro, atendendo aos interesses externos, em detrimento dos sujeitos locais e suas territorialidades, contribuindo para a desterritorialização destes e ao aumento da violência no campo.

Em contrapartida ao processo de territorialização do capital, por parte da Vale S.A., emergem diversas lutas e resistências pelos movimentos socioterritoriais e sindicais, dentre as quais destaca-se o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás – STTRC, que se articulam em defesa dos seus territórios, ou melhor, pela reterritorialização dos sujeitos do campo.

Uma das formas de luta e resistência territorial desses movimentos tem sido a reocupação de terras públicas, adquiridas irregularmente pelo Vale S.A, e a conseqüente construção de acampamentos. Em face desse processo de organização coletiva, inicia-se em Canaã dos Carajás a possibilidade de retomada de terras via ocupações de terras, como ocorrido no ano de 2015, como apresentado no quadro a seguir.

¹³ A categoria de configuração espacial, proposta por Milton Santos (1988), busca enfatizar o espaço enquanto espaço material que acomoda os sistemas de objetos, que os sujeitos vêm instalando-se e, conseqüentemente, a criação de novas configurações espaciais.

Quadro 4 - Acampamentos rurais organizados pelo MST, Fetraf e sindicato de Canaã dos Carajás, 2019

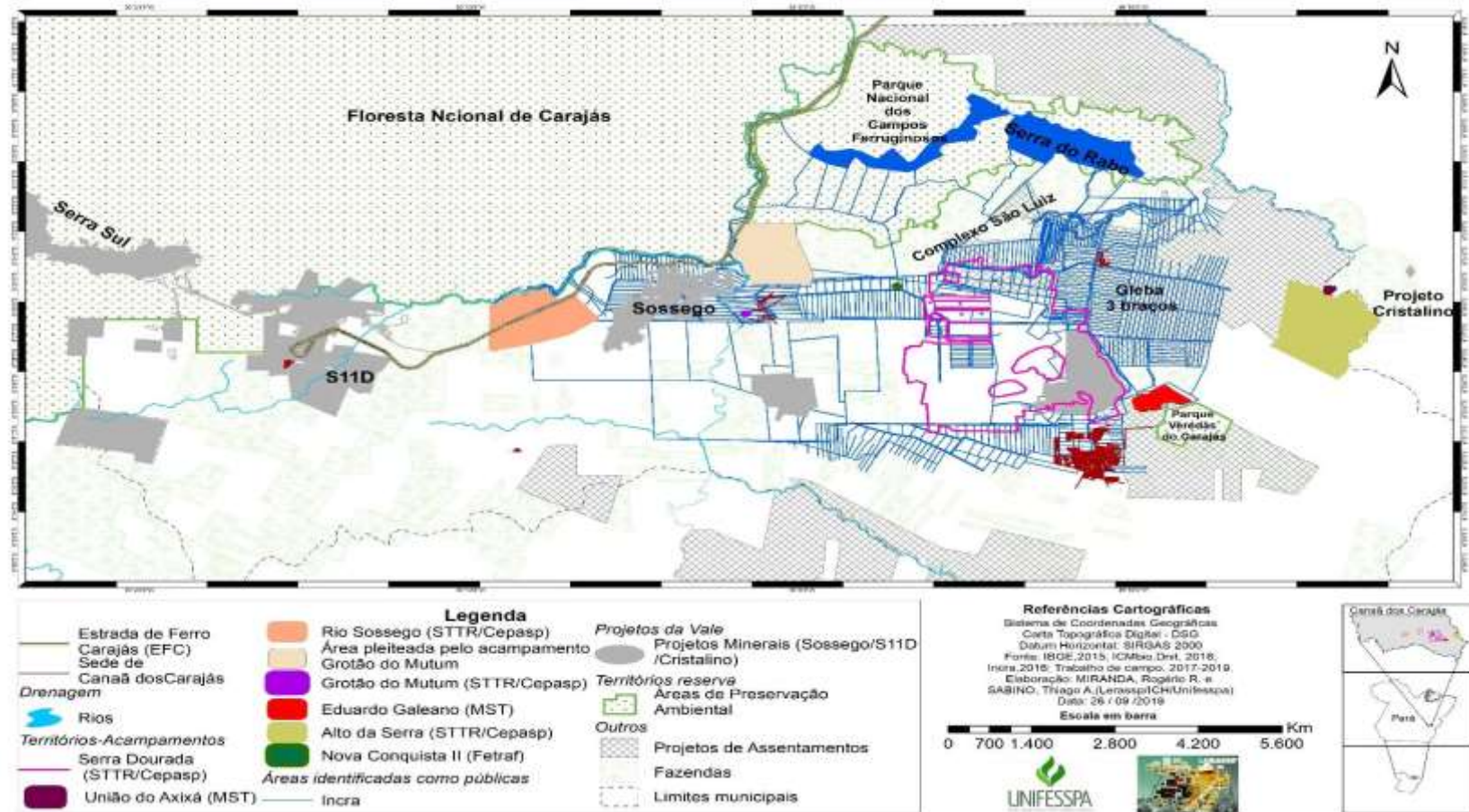
Município	Acampamentos	Ano de Criação	Movimento social / sindical	Área Ocupada	Área Pleiteada	Auto intitulada proprietária	Número de famílias
Canaã dos Carajás	Rio Sossego	2015	STR/Fetagri/Cepasp/CPT	Glebas Três Braços, Chicrim e Buriti II Parte A	Glebas Três Braços, Chicrim e Buriti II Parte A	Vale S.A	48
	Alto da Serra	2015	STR/Fetagri/Cepasp/CPT	Fazenda JACAFÉ (Área próxima do projeto Cristalino)	Fazenda JACAFÉ	Vale S. A	100
	Planalto Serra Dourada	2015	STR/Fetagri/Cepasp/CPT	Gleba Três Braços, Lotes do PA Carajás II e III e Fazenda Serra Dourada.	Gleba Três Braços, Lotes do PA Carajás II e III e Fazenda Serra Dourada.	Vale S. A	467
	Grotão do Mutum	2015	STR/Fetagri/Cepasp/CPT	Área da prefeitura	Fazenda São Luís e Lotes do PA Carajás II e III.	Vale S. A	80
	Eduardo Galeano	2015	MST/Cepasp/CPT	Fazenda Retiro do Zequinha	Fazenda Retiro do Zequinha	-----	78
	União do Axixá	2015	MST/Cepasp/CPT	Fazenda Boa Sorte (Área próxima do projeto Cristalino)	Fazenda Boa Sorte	Vale S.A.	140
	Nova Conquista II	2015	Fetraf	Área da fazenda cedida pela proprietária	Aguardando uma área deliberada pela Vale	Vale S.A.	178
Total							1.091

Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de Campo, agosto de 2019.

Nos sete acampamentos vivem aproximadamente 1091 famílias, que são formadas principalmente por sujeitos que ora foram expropriados de suas terras e moravam na periferia da cidade de Canaã dos Carajás, ou nos municípios adjacentes, que buscaram, por meio do

acampamento, uma parcela de terra. O mapa a seguir mostra as espacialidades dos acampamentos, diante das áreas de fazenda e projetos de mineração.

Mapa 7 - Territorialização dos acampamentos existentes em Canaã dos Carajás, 2019



Fonte: IBGE (2015), Icmbio (2018), CAR (2016), Pesquisa de Campo.

Elaboração:

Rogério

Rego

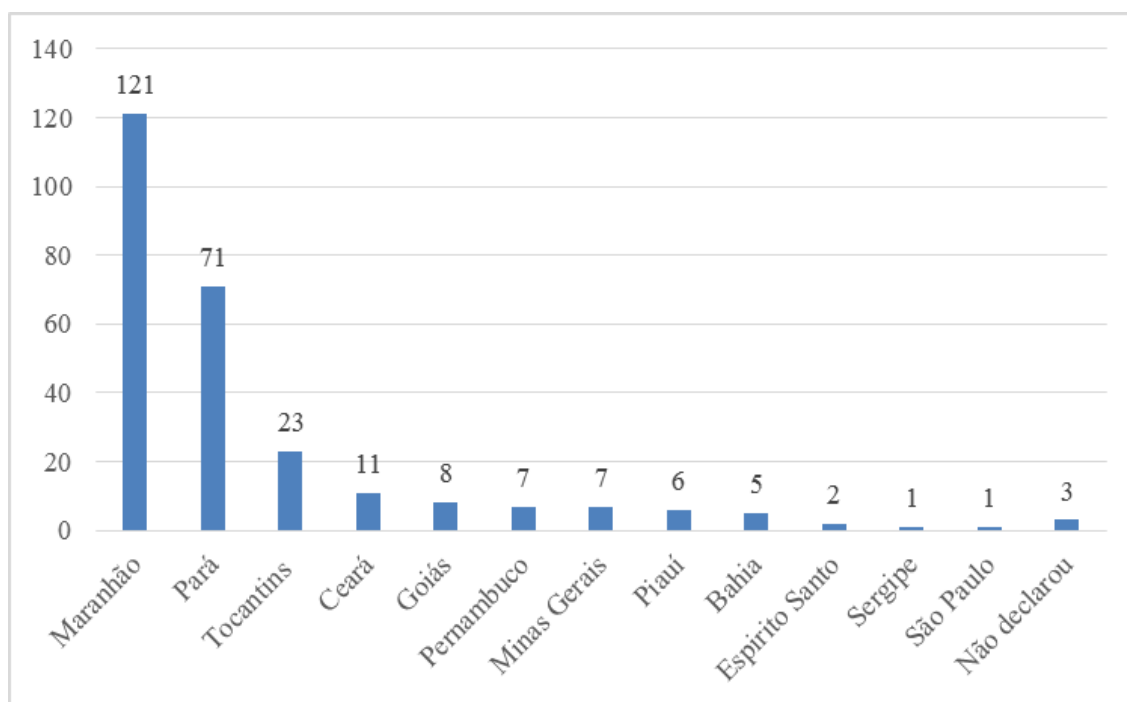
Miranda,

2019.

O mapa 7 acima, mostra os acampamentos que disputam espaço com os projetos de mineração e áreas de fazendas, a exemplo do complexo da fazenda São Luís (área pública), localizado ao norte do mapa, correspondendo a área pleiteada pelo acampamento Grotão do Mutum. Destaca-se também, na parte leste do mapa, os acampamentos Alto da Serra e União do Axixá, formados no entorno do Projeto Cristalino¹⁴. No centro do mapa, encontra-se o acampamento Rio Sossego, que faz divisa com o Projeto Sossego¹⁵, além de ser contado no meio pela Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Neste sentido, é importante destacar que a diversidade regional é marca registrada na construção dos acampamentos, pois observamos que a maior parte dos acampados são de outros estados brasileiros, visto que grande parte veio em busca de melhoria de vida, como mostram os gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Locais de nascimento dos acampados, Canaã dos Carajás, 2019

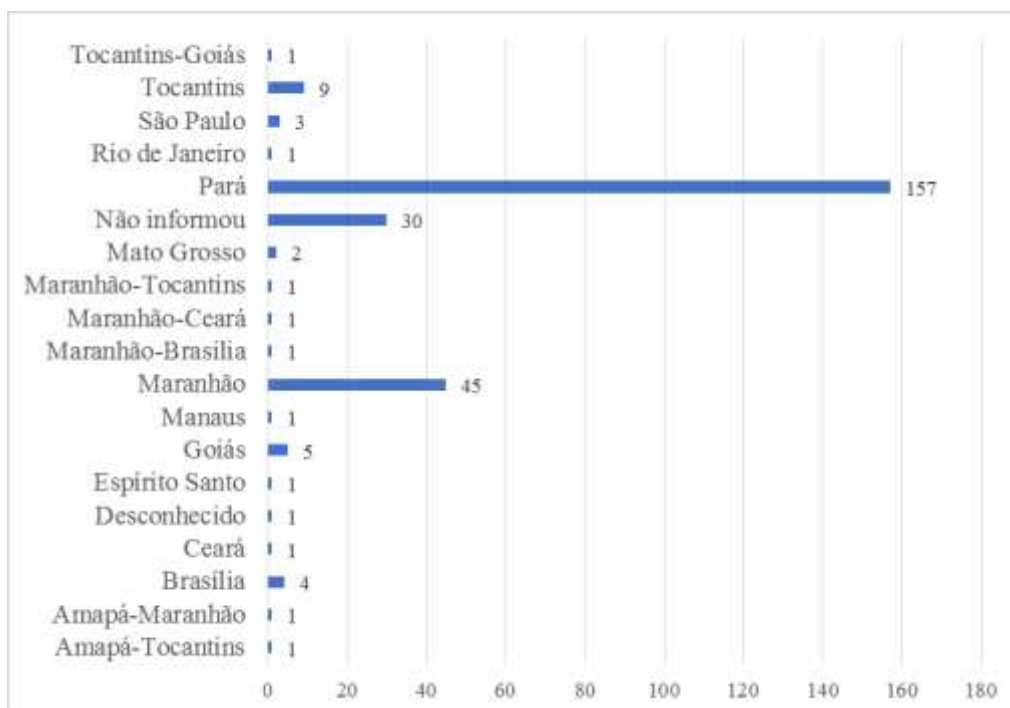


Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de campo, agosto de 2019.

¹⁴ O Projeto Cristalino está em processo de implementação pela mineradora Vale S.A. E tem como objetivo a extração de minério de cobre, segundo a Vale S.A. (2019), é estimada a produção de 340 mil toneladas de cobre até o fim do projeto.

¹⁵ O Projeto Sossego foi implementado no ano de 2004 pela mineradora Vale S.A. E tem como objetivo a extração de minério de cobre, dados da mineradora estima-se que serão produzidos 244,2 milhões de toneladas de cobre ao longo da duração do projeto.

Gráfico 2 - Locais de Moradia antes do acampamento, Canaã dos Carajás, 2019



Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de campo, agosto de 2019.

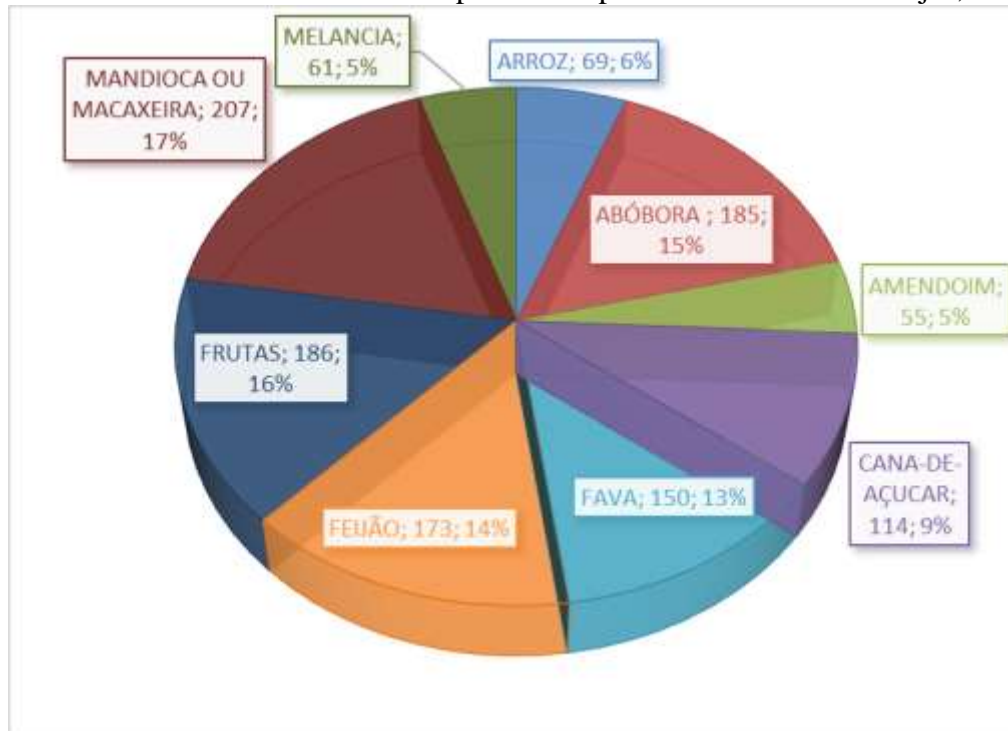
O gráfico 1 mostra que 72,18% (192) dos acampados nasceram fora do Pará, dos quais 45,48% (121) são originários do Maranhão. Ao compararmos o gráfico 1 com o gráfico 2, visualizamos que muitos desenvolveram migrações dentro do próprio estado do Pará (59,02%), principalmente em virtude do interesse de emprego nos projetos de mineração, a exemplo de Parauapebas, em que 73 acampados revelaram residir, ou mesmo Canaã dos Carajás, onde 27 acampados informaram ter morado antes de ir para o acampamento.

No gráfico ainda é possível observar que outros acampados migraram do Maranhão (16,91%), Tocantins (3,38%), Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Ceará, Manaus, Espírito Santo, Brasília e Amapá (todos correspondem a 9,02%). Esses dados comprovam a ideia de que houve um intenso processo de atração de força de trabalho, proveniente de migrantes em busca de empregos em áreas de projetos de mineração, para a região Amazônica, em especial para o polo mineral de Carajás.

A partir desse pressuposto, ressalta-se que as famílias acampadas sobrevivem por meio da agricultura de excedente, em que uma pequena parcela da produção é comercializada, configurando economia de excedentes (MARTINS, 1975). De modo geral, essas famílias

produzem culturas diversificadas, em especial culturas de ciclo curto, como constatado na aplicação de questionários em campo (ver gráfico 3).

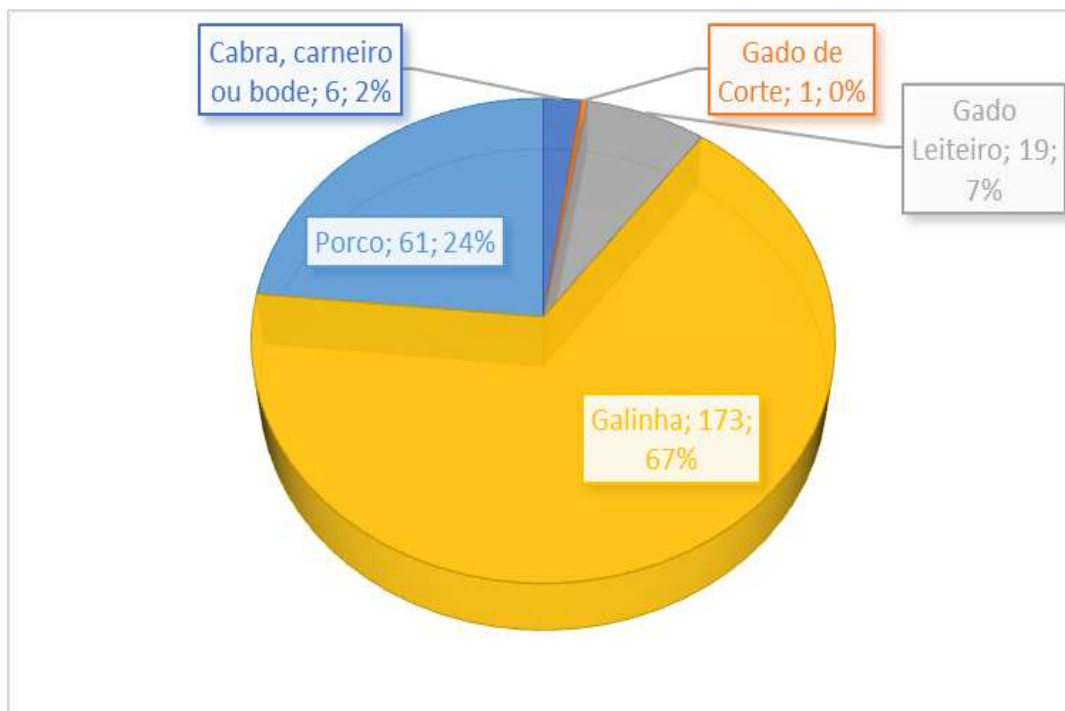
Gráfico 3 - Cultivos desenvolvidos pelos acampados de Canaã dos Carajás, 2019



Fonte: Lucas Ferreira Gomes Pesquisa de campo, agosto de 2019.

O gráfico 3 destaca que a mandioca ou macaxeira é o produto mais cultivado nos acampamentos (dos 266 pesquisados, 207 responderam plantar), um dos motivos é pela produção de derivados, como a farinha e a massa de tapioca, além de contribuir para alimentação de criações (suíno e galinha). Outros cultivos destacados são, abóbora (dos 266 pesquisados, 185 responderam plantar), feijão (dos 266 pesquisados, 173 responderam plantar), fava (dos 266 pesquisados, 150 responderam plantar), dentre outros, além de frutas (dos 266 pesquisados, 186 responderam plantar). Em termos de criação, destaca-se animais de pequeno e médio porte, figura 4.

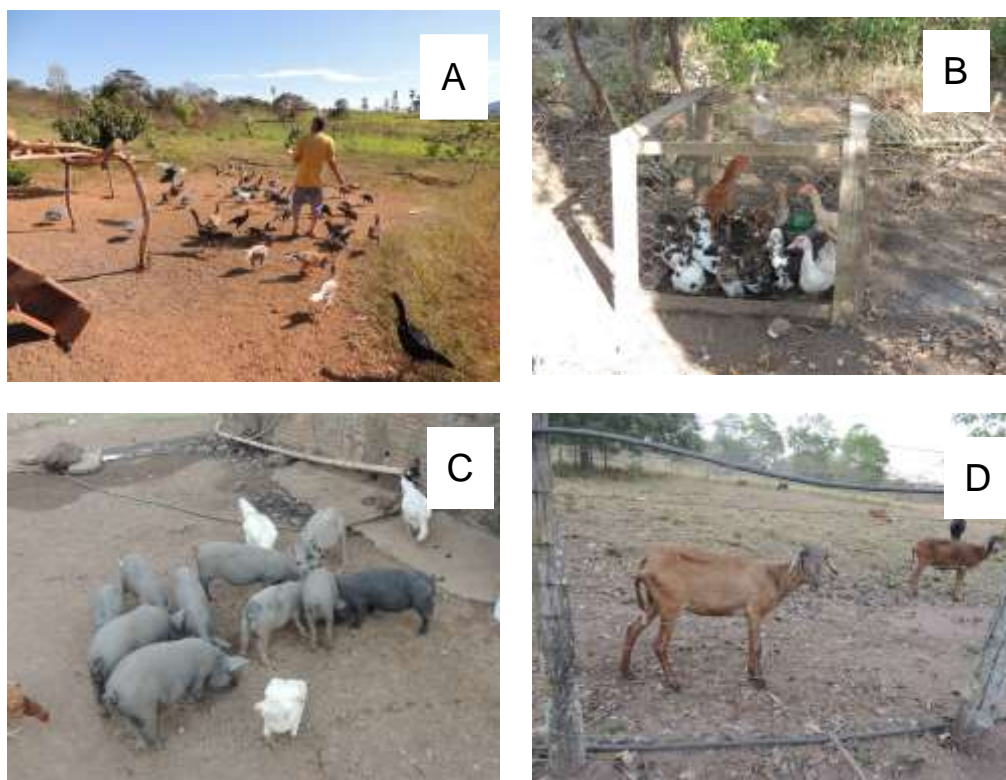
Gráfico 4 - Criações desenvolvidas pelos acampados de Canaã dos Carajás, 2019



Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de campo, agosto de 2019.

Como apresentado no gráfico 4, destacam-se as criações, em especial, galinhas (dos 266 pesquisados, 173 responderam que criavam), seguido do porco (dos 266 pesquisados, 61 responderam que criavam), cabras, carneiros e bodes (dos 266 pesquisados, 6 responderam que criavam), além da criação de gado leiteiro (dos 266 pesquisados, 19 responderam que criavam), (ver ilustração das criações na figura 3). Essa produção dentro do acampamento é de fundamental importância para a sobrevivência e reprodução desses sujeitos no território.

Figura 3 - Produção de pequenos e médios animais dos acampados de Canaã dos Carajás, 2019



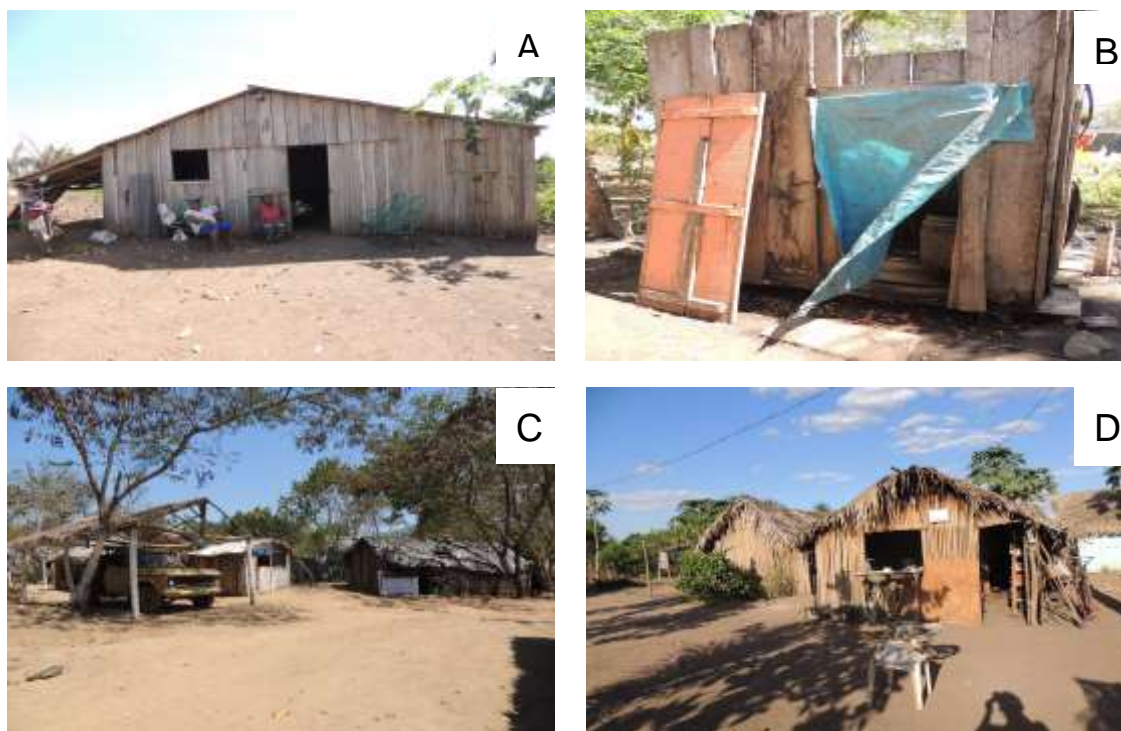
Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de campo, agosto de 2019.

- a) Criação de galinha caipira, acampamento Alto da Serra, Canaã dos Carajás, 2019.
- b) Criação de pato e galinha, acampamento Nova Conquista II, Canaã dos Carajás, 2019.
- c) Criação de suíno, acampamento Planalto Serra Dourada, Canaã dos Carajás, 2019.
- d) Criação de caprino, acampamento Planalto Serra Dourada, Canaã dos Carajás, 2019.

É importante destacar que não são todos os acampamentos que conseguem desenvolver a produção de alimentos, a exemplo, os acampamentos Grotão do Mutum e o Nova Conquista II, pois os acampados, nesses casos, já foram despejados e se (re)territorializaram em outros lugares, e se encontram em uma área bastante reduzida, dificultando o manejo de plantas e animais. De forma que, esses acampados necessitam trabalhar para terceiros em troca de diárias.

As dificuldades encontradas nos acampamentos são expressas na fala “hoje penso eu que é a parte mais difícil da conquista da terra é o acampamento”. Essa dificuldade dentro do acampamento está relacionada, em grande parte, pela precariedade do espaço em que os sujeitos vivem. Vejamos a figura a seguir:

Figura 4 - Infraestruturas dos acampamentos rurais de Canaã dos Carajás, 2019



Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de campo, agosto de 2019.

- a) Moradia de tábuas, Acampamento Alto da Serra, Canaã dos Carajás, 2019.
- b) Banheiros coletivo, Acampamento Nova Conquista II, Canaã dos Carajás, 2019.
- c) Barracos de palha, Acampamento Nova Conquista II, Canaã dos Carajás, 2019.
- d) Barraco de palha, Acampamento Grotão do Mutum, Canaã dos Carajás, 2019.

As situações precárias de infraestrutura, saneamento básico, segurança, educação, a falta de alimentação, além das intimidações, ameaças e violações de direitos, acabam sendo fatores para desistência de muitos trabalhadores que deixam o acampamento. Neste sentido, um dos acampados questiona que o acampamento é um lugar de superar as adversidades da vida e da sociedade.

Porque para nós o último estágio da miséria ou quem nos acolhe... tem uma frase muito pesada que eu gosto muito que diz assim... O acampamento é o aborto da sociedade. Tudo que a sociedade não quer mais está no acampamento, aqui nós temos estuprador, traficante, garimpeiro, clandestino, nós temos assassino, nós temos tudo. Mas aqui eles vão se formando, as pessoas se regeneram. (...), mas aqui se regenera quando quer, porque tem isso, o ser humano tem que querer (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Nesta perspectiva, pretendemos adentrar um pouco mais nos acampamentos, para melhor analisá-los cientificamente, com destaque à perspectiva dos conhecimentos geográficos, pois *a priori* entendemos que o processo de construção desses acampamentos, bem como, a luta pela terra está diretamente ligado com os conhecimentos geográficos.

Desta forma, propomos analisar no próximo tópico a territorialização camponesa em Canaã dos Carajás, a partir da utilização dos conhecimentos geográficos empreendidos na luta pela terra. Entendendo que os acampados são sujeitos que produzem seus conhecimentos de luta e de resistência.

3.3 Conhecimentos geográficos na territorialização dos camponeses em Canaã dos Carajás

A Ciência Geográfica está diretamente relacionada ao conhecimento do espaço, o qual é compreendido enquanto produto das relações sociais, que estão em constante transformação ao longo do tempo. Neste sentido, podemos dizer que o espaço geográfico traz consigo os processos que nos possibilitam entender a realidade do presente. Por isso, a partir dos conhecimentos geográficos, temos a capacidade de interpretar e analisar criticamente as principais características das ações no meio físico e social sobre o espaço em que vivemos (PENA, 2022).

Neste sentido, o presente tópico tem como objetivo compreender como os conhecimentos geográficos¹⁶ são utilizados pelos acampados para a territorialização camponesa, no município de Canaã dos Carajás. Visto que esses conhecimentos se aproximam dos conceitos geográficos aqui expressos.

A geografia tem a capacidade de acompanhar as mudanças que ocorrem no tempo e no espaço. Neste sentido, a geografia desperta no sujeito a capacidade de interpretar - analisar - indagar criticamente a realidade, com objetivo de propiciar aos sujeitos refletirem sobre as relações socioespaciais (CAMACHO, 2011). No caso específico de Canaã dos Carajás acreditamos que contribui na relativa ruptura com o modelo de desenvolvimento hegemônico

¹⁶ Para Sandra Lencioni (2014, p. 22) “é necessário não confundir Geografia com os conhecimentos geográficos, pois este último não se prende às formas acadêmicas instituídas no século XIX. O conhecimento geográfico no que se refere ao conhecimento acerca do mundo está presente em qualquer civilização. E está presente porque viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências”.

da mineração e do agronegócio e, ao mesmo tempo, possibilitando a criação de novos territórios contra-hegemônicos (MIRANDA, 2017).

Nesta perspectiva, compreendemos que os conhecimentos geográficos têm uma grande importância na territorialização camponesa. Isto porque eles possibilitam a capacidade de transformação socioespacial da realidade desses sujeitos. De forma que, a luta pela terra é caracterizada principalmente pelo processo de ocupação - acampamento - assentamento (conquista da terra). Contudo, a construção de um desenvolvimento territorial dos sujeitos do campo ultrapassa o objetivo da conquista da terra, e vislumbra a construção de uma cidadania pautada não somente na terra, mas em direitos constitucionais, como: saúde, alimentação, segurança, educação, transporte e segurança (CAMACHO, 2011).

A proximidade dos camponeses que lutam pela terra é intrínseca aos conhecimentos geográficos. Isto porque, no próprio processo de luta dos trabalhadores/as rurais para o acesso à terra, eles se utilizam da vivência do espaço geográfico da área para ajudar na construção de acampamentos, por exemplo.

Nesse local foi o primeiro acampamento que a gente ficou, passamos a noite para amanhecer o dia ali, onde era o curral, fica ali próximo à Igrejinha. Quando foi de manhã, descemos lá para conhecer a área. Nós nos dividimos em brigadas [grupos], nesse tempo o movimento tinha um pouco de organização. Nós organizamos em brigada, em que um [grupo] foi fazer o café da manhã, outro foi buscar a lenha, outro foi olhar [pesquisar], foi fazer tipo uma investigação do terreno, e lá encontramos o macaubal [palmeira típica da região que fornece pequenos cocos e palha] que era um lugar bom para se acampar, então vamos para lá. Lá era próximo do rio (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Chegamos antes para mapear a área, ver o melhor local do acampamento. Para ver o local com água e árvores (Entrevista realizada no acampamento Planalto Serra Dourada. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

O diagnóstico do espaço tem como objetivo buscar recursos naturais, como: rios, lagos, igarapés, árvores que possam auxiliar na construção dos barracões (madeira e palha), além de um terreno plano e uma localização estratégica para implantação do acampamento. Esses elementos ajudam os acampados a se organizarem em um lugar melhor de moradia.

Por mais que os acampados não entendam a dimensão dos conhecimentos geográficos, como conceitos de interpretação e análise espacial, eles acabam utilizando-os no cotidiano. Dessa forma, concordamos com Camacho (2011), ao citar Moreira (1985), que os

conhecimentos geográficos não são privilégios da escola, pois, em nosso dia a dia, percebemos e aprendemos a dialogar com eles, seja na escola, em casa ou no acampamento.

Para o processo da luta pela terra os conhecimentos geográficos são imprescindíveis. Isto porque, eles permitem a leitura da realidade e a permanência na disputa territorial, travada no espaço agrário de Canaã dos Carajás, como ilustra a figura a seguir. Dessa mesma forma, tais conhecimentos são um instrumento que possibilita a territorialização camponesa, a partir da mudança do quadro social do espaço agrário.

Figura 5 - Disputa paradigmática da produção agrária no município de Canaã dos Carajás: mineração x produção camponesa



Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de campo, agosto 2022 e arquivo do STTRC, 2019.

- a) Extração de minério de ferro, Serra dos Carajás, 2022.
- b) Feira dos acampados, em frente o STTRC.

A compreensão da realidade do espaço agrário pelos acampados de Canaã dos Carajás, desperta neles um olhar crítico sobre o presente. De forma que, ajuda esses sujeitos a refletirem sua própria existência. Ao nosso ver, os acampados fazem luta e resistência “geográfica”, isso porque, ao vislumbrar os conhecimentos geográficos na luta pelo território, eles não só utilizam os elementos geográficos (espaço, território, região, paisagem, lugar e escala geográfica), mas ajudam a refletir criticamente a produção do espaço, possibilitando sua transformação por meio de suas ações (estratégias de luta), enquanto sujeitos ativos.

Neste sentido, os acampamentos rurais é um importante espaço para analisarmos como esses conhecimentos geográficos estão presentes na luta pela terra. Por exemplo, o conceito de lugar para os acampados, possibilita se reconhecerem enquanto classe social (trabalhadores/as rurais) a partir da sua luta, pois é no acampamento que eles retomam o laço afetivo e de pertencimento com a terra (território), que muitas vezes estava perdida nas periferias das cidades.

O meio de vida. Para quem não tem profissão, a pessoa tem que ter... é melhor que trabalhar de carteira assinada, porque é tipo uma liberdade, se você... É um sonho de poder trabalhar para si mesmo, e se você não tem como abrir uma empresa, mas pelo menos tem um pedaço de terra, que já é uma empresa sua, pois ali você vai trabalhar na hora que quer... né!... Certo que precisa ir todos os dias, porque o preguiçoso não vive bem na roça, se ele não ir lá todos os dias (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Outra contribuição dos conhecimentos geográficos está no conceito de paisagem. Isto porque os acampados possuem uma leitura crítica da paisagem que os circundam, especialmente ao relatarem sobre a apropriação desigual da terra, ao longo do tempo, passando de uma paisagem marcada pela agricultura camponesa, para uma outra impactada pela mineração, causando-lhes diversas mazelas sociais.

Para os acampados a paisagem é uma forma de registrar no espaço a materialidade da luta, a exemplo do processo de criação do próprio acampamento, que surge como uma ruptura na paisagem construída pelos agentes do capital.

As relações sociais dentro do acampamento transformam o espaço geográfico. Neste sentido, a produção do espaço acontece a partir das relações entre os sujeitos (acampados), possibilitando o surgimento e a utilização dos conhecimentos geográficos como a criação afetiva do lugar, transformação da paisagem e a construção de territórios. De tal forma, no movimento da vida, dentro do acampamento que o processo de construção dos conhecimentos geográficos aflora, possibilitando compreender as diversas formas de organização espacial e temporal, ajudando na orientação de vários acontecimentos da luta, de dentro e fora do acampamento (FERNANDES, 2005).

Um importante elemento na territorialização da luta pela terra está na política de escala que os movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri utilizam. Para Miranda

(2019), os acampados realizam a política de escala, ao mobilizarem diversas escalas geográficas: global, nacional, regional e local, para alcançarem seus objetivos, ainda que parcialmente, assim como, a organização espacial de uma rede geográfica solidária camponesa. Segundo Miranda (2019), essa rede de solidariedade acontece entre os acampados e assentados, e é construída historicamente e tem como propósito de viabilizar a luta pela terra, ou seja, produzir transformações geográficas importantes, como a reapropriação dos aparelhos privados de hegemonia, para a proposição de outro projeto de desenvolvimento territorial, a exemplo da construção de acampamentos e a criação de Projetos de Assentamentos - P.As, elemento confirmado pelos acampados em entrevista.

Esses dias fizemos isso aqui. Uma turma foi para negociar em Brasília, aí nós fechamos aqui e os meninos fecharam lá em Serra Pelada. A outra turma fechou a subida da Serra dos Carajás. Aí parou tudo! Fechamos às quatro horas da manhã. Começou o dia e a Vale estava toda parada. Eles vieram, trouxeram a polícia. (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Os acampamentos todos juntos, todas as vezes que foram fechadas alguma estrada [estrada do Projeto S11D] ou alguma outra coisa [marcha, ocupação de prédios públicos e privados] foram os acampamentos unidos, todos eles (Entrevista realizada no acampamento Grotão do Mutum. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Para os acampados a dimensão espacial do acampamento mais importante é a terra. Pois é ela que possibilita a sobrevivência, a esperança de dias melhores, um sonho a ser alcançado, isso pode ser mais bem entendido pela fala dos próprios acampados, ao serem perguntados o que significa a terra para eles.

Terra é uma mãe né?... ela é tudo, ela nos dá o sustento, ela nos dá vida e ainda vai nos guardar quando a gente morrer, é ela que vai nos proteger quando nós guardarmos. Assim colocar no colo. Então para nós é vida. Às vezes a gente nem cuida dela como deveria cuidar, porque é claro que a gente ainda não tem essa consciência ainda, estamos caminhando para isso, mas a terra é vida... é a melhor mãe do mundo, é uma questão espiritual, a Bíblia diz assim... Até a sua mãe que no alimentou, te abandonar, mas Deus não vai lhe abandonar né?... mesma coisa com a terra, o mundo inteiro pode cair dos lados, mas a terra vai continuar aqui, para o nosso sustento, o nosso porto seguro é aqui, e a terra para nós é vida, é o que nos garante a vida aqui (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Mas a terra significa um sonho de liberdade, de ter o seu próprio negócio para quem não pode. Às vezes as pessoas dizem que terra é isso ou aquilo,

mas eu só vejo esses dois lados; é o sonho de liberdade e ter o seu próprio negócio, sem se sujeitar a outros. Ser sujeito somente do seu esforço... de seu trabalho, porque lá ninguém ficará mandando em você, não será obrigado a ficar batendo ponto, na hora que der vontade de ir para casa você vai. É melhor que ter uma empresa na cidade (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Como demonstrado nas falas dos acampados, a conquista da terra é a representação da construção de um território. O espaço apropriado a partir das lutas e das resistências é em suma a representação do processo de territorialização camponesa. A terra-território ou terra-mãe, como os próprios acampados afirmam, é a dimensão da vida, da liberdade, um sonho a ser alcançado.

A palavra terra para os acampados representa um espaço apropriado que lhes possibilita a vida, um sonho, uma conquista. Poderíamos muito bem resumir que a terra (território) contempla todas as dimensões espaciais e os conhecimentos geográficos, os saberes populares, que se juntam e formam um único, o conhecimento “de viver”. Também é na terra que se tem a esperança de dias melhores, a possibilidade da vida com a família, de produzir e se reproduzir. De tal forma, concordamos com Fernandes (2005), que o território é o espaço de liberdade e dominação, de expropriação, de resistência e de esperança, todos ao mesmo tempo.

Desse modo, os acampados utilizam esses conhecimentos geográficos para a construção de estratégias e de luta pelo território camponês. Nesta perspectiva, no próximo tópico iremos analisar as principais estratégias de luta e manutenção do território camponês em Canaã dos Carajás.

3.4 Estratégias de luta e manutenção dos territórios camponeses em Canaã dos Carajás

Ao discutirmos a problemática da questão agrária no município de Canaã dos Carajás é necessário debatermos pelo menos dois elementos importantes, a saber, a contradição e a conflitualidade, que cercam a produção do espaço no município, assim como nesta sub-região. Tal fato pode ser identificado nas palavras de Ikeda (2017):

Em Canaã dos Carajás, a mais nova ‘terra da promessa’ de exploração mineral da Companhia Vale S/A, longe de manar leite e mel, tem se

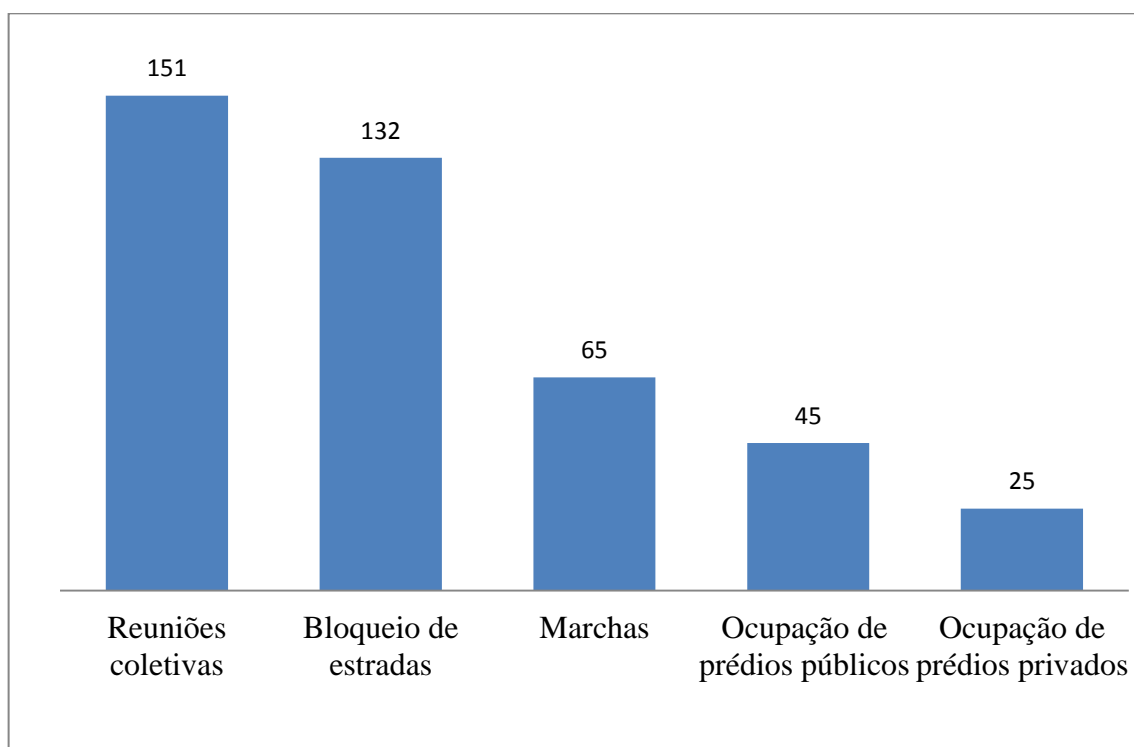
intensificado os conflitos sociais, acrescentando novos episódios de violência, expropriação e exploração ao histórico da Amazônia. Para aqueles que não negam a ação impiedosa e devoradora do capital, analisar o processo do desenvolvimento capitalista na Região Carajás demanda uma opção metodológica comprometida com a transformação social (IKEDA, 2017, s.p).

O desenvolvimento do território camponês parte das lutas populares no campo, como por exemplo, aquelas empreendidas pelos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri. Ambos têm forte atuação na luta pela terra, no sudeste paraense, alcançando reterritorializar os camponeses que se reproduzem a partir de uma lógica particular, a saber: da pequena propriedade, produção diversificada e orgânica, voltada ao mercado local e regional e mão de obra familiar, garantindo, assim, o abastecimento de alimentos de feiras e mercados, bem como a sua sobrevivência.

A face do processo de luta e resistência por parte dos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri do campo, cria-se no espaço agrário por meio de tensões e conflitos de racionalidades pelo uso do território que, segundo Sack (1986), pode ser compreendido como um espaço de disputa, no qual um grupo busca afetar, influenciar e dominar outro grupo. Nesse sentido, diversas estratégias são tecidas com o fim de realizar sua territorialização.

A conquista e a manutenção dos territórios camponeses passam pela construção de várias estratégias. Os acampados rurais de Canaã dos Carajás atuam na construção de estratégias através da leitura e interpretação espacial dos acontecimentos no campo agrário. De modo que, os trabalhadores/as passaram a ser um dos principais protagonistas no enfrentamento contra os agentes do capital e o Estado na luta pela terra e pela reforma agrária. O gráfico abaixo apresenta as principais estratégias empreendidas na luta pela terra.

Gráfico 5 - Principais estratégias de luta e manutenção dos territórios camponeses em Canaã dos Carajás-PA, 2019



Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de campo, agosto de 2019.

A estratégia mais utilizada pelos acampados são as reuniões coletivas, que têm por objetivo a organização espacial da luta dentro e fora do acampamento. Em geral, as reuniões são realizadas dentro do acampamento, almejando mobilizar, articular, discutir e planejar (trabalho de base) ações coletivas que permitam conseguirem alcançar pautas mais imediatas, como cesta básica e transporte escolar, até outras mais complexas, como a própria construção do assentamento. Essas reuniões acontecem, em geral, nos barracões (ver figura 4), de forma semanal ou quinzenal variando de acampamento para acampamento, bem como das demandas existentes.

Figura 6 - Barracões de reuniões coletivas. Canaã dos Carajás. 2019



Fonte: Lucas Ferreira Gomes. Pesquisa de campo, agosto de 2019.

- a) Acampamento Rio Sossego, Canaã dos Carajás, 2019.
- b) Acampamento União do Axixá, Canaã dos Carajás, 2019.
- c) Acampamento Grotão do Mutum, Canaã dos Carajás, 2019.
- d) Acampamento Planalto Serra Dourada, Canaã dos Carajás, 2019.

A segunda estratégia tem um papel bastante relevante, assim constatada na pesquisa de campo. Essa se refere ao bloqueio de estradas e ferrovias (Estrada de Ferro Carajás) que tem como principal objetivo pressionar a suspensão de liminares impostas pelo Estado (a fim de desterritorializar os acampados) e dialogar diretamente com os órgãos públicos (Incrá e Prefeitura), conforme relatos dos acampados do Nova Conquista II e do Eduardo Galeano:

Nós ocupamos como ponto estratégico, né? Porque a nossa ideia era ter gente em cada local da Vale, para pressioná-la. Por exemplo, se fecharmos o Sossego aqui, tudo para [produção], né?... (pensando). Esses dias fizemos isso aqui. Uma turma foi para negociar em Brasília, aí nós fechamos aqui e os meninos fecharam lá em Serra Pelada. (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

A primeira reivindicação era a suspensão das liminares, depois a gente sonhava com cesta básica, com apoio do prefeito, mas nada disso conseguimos. Pelo menos as liminares que foram concedidas já foram uma conquista e tanto. Aí, quando a gente foi mesmo veicular a reunião de

junções desses movimentos, foi aqui em nosso acampamento que decidimos atacar a S11D. Todos os nossos companheiros de acampamento vieram para cá, daqui nós fizemos a ocupação, muito boa lá. É tanto que, o calcanhar de Aquiles do governo é a Vale... nós ficamos lá das duas horas da manhã, quando foi cinco horas da tarde eles já estavam com a solução... eles [Vale] falaram “...a vocês já podem sair que nós já vamos resolver...” (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019)

A estratégia de bloqueio de estradas e ferrovias, ainda que não seja “nova” na luta e manutenção do território, é uma das mais utilizadas pelos acampados de Canaã dos Carajás. Isto porque, atinge diretamente a mineradora Vale S.A., obstruindo a circulação dos produtos minerais e insumos para extração mineral, além de impactar na circulação e reprodução do capital. Por este motivo, é que já foi confirmado pela Vale S.A. como um dos elementos que lhes causam mais prejuízos ao longo do ano.

A terceira estratégia corresponde às ocupações de prédios públicos (Prefeitura, Vara Agrária, Incra) e prédios privados (Vale), como meio de tencionar, sobretudo o Estado, especialmente quando são expedidas liminares de despejos, como ocorrido no ano de 2017, em que cerca de 400 famílias de trabalhadores/as rurais ocuparam a sede do Incra (ver a figura 05)¹⁷. Em outras situações, as ocupações são empreendidas para reivindicar direitos básicos, como transporte escolar para as crianças dos acampados, assistência médica mediante a entrada de ambulância e agentes de saúde nos acampamentos, entre outros.

¹⁷ Informações coletada a partir da reportagem do jornal online Brasil de Fato disponível no site: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/07/camponeses-de-canaa-dos-carajas-ocupam-sede-do-incra-em-maraba>

Figura 7 - Ocupação do prédio do Inkra em Marabá pelo trabalhadores/as rurais de Canaã dos Carajás, 2017



Fonte: Reportagem Jornal Brasil de Fato, 2017.

A quarta estratégia diz respeito à chamada Feira dos Acampados/as, que corresponde a um espaço político-pedagógico entre os agricultores/as e a sociedade em geral. O informante do acampamento Eduardo Galeano explica o objetivo dessa estratégia:

O pessoal da feira estava lá vendendo a galinha caipira de cinquenta a sessenta reais. Nós levamos muitas galinhas, todos os acampamentos foram para lá. O pessoal vende uma espiga de milho a dois reais, e nós vendíamos por vinte e cinco centavos. Nós não queríamos... Não era o financeiro, ganhar dinheiro, a nossa intenção era de resistência, era mostrar para o pessoal da cidade que nós produzimos, que nós tínhamos condições de produzir alimentos. Além de nós consumirmos, ainda estávamos vendendo para eles. Porque nós estávamos quase dando, estávamos vendendo por um preço simbólico, digamos de um oitavo do valor. [...] E aí, ajudou muito nas feiras dos acampados, nós provamos que nós queremos terra para trabalhar, a gente leva a nossa produção para o pessoal da cidade comprar, ver o que é um produto bom. (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

A Feira dos Acampados/as representa um espaço de mobilização e conscientização popular. A feira ocorre em locais públicos (ruas, praças e no STTRC) e se torna importante meio para chamar a atenção da sociedade sobre a produção camponesa nos acampamentos.

Além de ser um momento de resistência e de luta. Nesses espaços, realizam-se vendas de diversos produtos com preços abaixo (simbólico) dos praticados pelo mercado. É neste momento também que os acampados aproveitam para debater sobre as falácias produzidas principalmente pela mídia e fabricadas pelos agentes do capital de que acampamento é lugar de “preguiçosos” e de “vagabundos”, visto que durante as vendas é feito um diálogo com os clientes, como afirmado pelo próprio acampado em entrevista:

(...) antigamente as pessoas olhavam para você desconfiado porque é sem-terra, é ladrão, é vagabundo, é assim que eles nos tratavam, a ponto da gente sofrer demais com isso, tinha gente do nosso acampamento que tinha vergonha quando encontrava a gente lá, e até de falar com a gente, muito das vezes com medo do que o os outros povos da cidade ia pensar, a ponto de eu não ter mais vergonha, eu me orgulho disso. (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Preconceito você sabe. Toda vez que a gente chega [na cidade] e fala eu moro no acampamento, as pessoas chegam se assustam. Ai, já pronto, se você tiver a oportunidade de ganhar alguma coisa, já não consegue mais, porque você é sem-terra (Entrevista realizada no acampamento Grotão do Mutum. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Todas essas estratégias têm sua importância para a conquista da territorialização camponesa. Mas nenhuma delas é mais importante para os acampados do que a estratégia de produzir. O ato de produção de alimentos traz consigo a possibilidade de reprodução social, a existência do sujeito do campo, pois assim como diz o acampado “a maior forma de resistência é a produção, e resistir aqui dentro do acampamento, o fato de a gente resistir”.

No entanto, é de suma importância destacar que algumas dessas estratégias são criminalizadas por parte dos agentes do capital, que usam de tais artifícios jurídicos para paralisar os processos de desapropriação de terras, tal fenômeno é denominado de judicialização da questão agrária (RODRIGUES; MITIDIERO JÚNIOR, 2014), sobre esta situação alguns acampados destacam que:

O pessoal às vezes não confia no processo, fica com medo da Vale, ela tem um poder muito grande na região. Além de um poder muito grande no Fórum, na questão de liminares, às vezes chegam três ou quatro liminares (Entrevista realizada no acampamento Planto Serra Dourada. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Eles [Polícia Militar e Vale S.A] foram lá [no acampamento] e entraram. Eles entraram e quebraram os barracos, foram processados a turma inteira da

frente [as principais lideranças do acampamento] da época (Entrevista realizada no acampamento Grotão do Mutum. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Desse modo, podemos apontar que essas ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri podem ser entendidas como estratégias que visam a territorialização ainda que provisória e precária desses sujeitos, mas que assegure a permanência no território, criando assim, condições e possibilidades para a territorialidade dos trabalhadores/as rurais no município de Canaã dos Carajás.

CONCLUSÃO

A luta pela terra no sudeste paraense é marcada pela resistência dos camponeses frente aos agentes que detêm a hegemonia do capital e o monopólio da terra, mediante a obtenção de latifúndios, adquiridos com a anuência do Estado. Neste sentido, o presente trabalho visou analisar a territorialização da luta pela terra, a partir da utilização dos conhecimentos geográficos pelos os acampados de Canaã dos Carajás-Pará.

A pesquisa trouxe dados primários e secundários fundamentais para a compreensão da dinâmica e disputa territorial no sudeste paraense, em especial no município de Canaã dos Carajás, tais como, entrevistas orais realizadas juntos aos acampados, gráficos e quadros como propósito de apresentar informações que contribuíssem na análise da realidade dos acampamentos, figuras e mapas temáticos para a representação e espacialização do fenômeno pesquisado. A partir desses elementos foi possível quantificar e qualificar nossa pesquisa.

Diante das reflexões levantadas e debatidas, nosso trabalho mostrou alguns processos que contribuíram na construção histórico-geográfica da sub-região sudeste paraense, pois os intensos confrontos, envolvendo diferentes atores sociais, levaram ao surgimento de movimentos que atuam na reterritorialização de sujeitos expropriados do campo.

Nesta perspectiva, os movimentos socioterritoriais/MST e movimentos sindicais/Fetagri do campo se constituíram no sudeste paraense, ao longo do processo de formação territorial, por meio de formas organizativas coletivas, que criaram e estabeleceram laços de identidade, a partir da necessidade de se lutar pelo território.

A pesquisa destacou ainda a vasta disparidade de força e desigualdade no processo de luta pela terra, principalmente quando se enfrenta agentes que se articulam com o Estado, culminando com o conflito e a morte de trabalhadores/as rurais, o que é uma marca registrada. Contudo, o sudeste paraense é a realidade em que os camponeses construíram e constroem, a partir de suas experiências e vivência, seus territórios de vida e esperança, a exemplo dos acampamentos em Canaã dos Carajás.

De tal forma, é possível compreender que a territorialização camponesa em Canaã dos Carajás é organizada a partir dos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri em destaque ao STTRC, que por meio da ocupação de terras, constroem territórios alternativos, imprimindo questionamentos ao modelo de desenvolvimento regional, pautado no agronegócio e na mineração, e lançando luz a outras formas de uso do território, mediante a

produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, mais diversificados e vendidos a preços menores e que saciam a fome, especialmente dos mais pobres.

Com relação às formas de organização da luta pela terra desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri, a pesquisa apontou que é caracterizada principalmente pelo processo de ocupação de terras – criação de acampamentos – formação de assentamentos, esses três elementos são, *a priori*, o processo que possibilita a territorialização camponesa no sudeste paraense.

Os acampados fazem luta e resistência "geográfica", isso porque, ao vislumbrar os conhecimentos geográficos na luta pelo território, eles se utilizam dos elementos característicos da Ciência Geográfica, como o território, a paisagem, o lugar e a escala geográfica. As relações sociais dentro do acampamento transformam o espaço geográfico. Neste sentido, a produção do espaço acontece a partir das relações entre os sujeitos (acampados), possibilitando o surgimento e a utilização dos conhecimentos geográficos como a criação afetiva do lugar, transformação da paisagem e a construção de territórios.

Outro aspecto marcante a ser destacado é o processo de territorialização realizado a partir da construção de estratégias de luta e manutenção do território, a saber: a) reunião coletiva, que tem como propósito organizar a luta pela terra, a partir do trabalho de base; b) bloqueio de estradas e ferrovias realizadas nas principais vias de circulação da matéria-prima da empresa Vale S.A; c) ocupação de prédios públicos e privados utilizados para obter reivindicações; e d) a feiras dos acampados que compreende a uma estratégia de diálogo popular junto a sociedade civil.

Essas estratégias são marcantes na construção dos territórios camponeses. Tais estratégias não garantem a conquista do território propriamente, mas permite que os camponeses deslumbrem outro território, o território imaterial da esperança, que se apresenta como espaço motivador, pois é neste momento em que os acampados veem que suas ações são definidoras para o objetivo da conquista da sua terra-território.

Precisamos ressaltar que as estratégias de territorialização dos movimentos socioterritoriais/MST e sindicais/Fetagri são criminalizadas pelos agentes do capital, com a anuência do Estado. Assim, eles tecem um conjunto de ações que visam desterritorializar os acampados, as quais foram identificadas: a) compra de terras irregulares pela mineradora Vale S.A pertencente à união; b) articulação entre agronegócio, mineradora e o Estado, que juntos criam agro-minero-estratégias (liminares de despejo, criminalização da questão agrária,

negação de direitos básicos); e c) escassez de recursos naturais (floresta, terra e água) na forma de cercamento, impedindo o acesso dos sujeitos que precisam deles para sua sobrevivência.

Por fim, um importante elemento da pesquisa é mostrar e, principalmente, evidenciar a presença dos acampados, enquanto sujeitos que lutam por direitos, que atuam na criação de um território, assim como na construção das identidades coletivas, identificadas como camponesa e/ou trabalhador(a) familiar, principalmente quando se apresenta uma sociedade que se estabelece no sistema capitalista de produção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. (et. alii.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021, p. 101-144.

ALMEIDA, Rogério Henrique. **Territorialização do campesinato no sudeste do Pará**. Belém, Pará, 2006. 170 p. (Dissertação de mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará.

BECKER, Bertha Koiffmann. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: VIEIRA, I. C. G. (org.). **As Amazonas de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 265-279. (volume 1).

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80. Disponível no site: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976> Acessado em 06 de Julho de 2022 às 22:55.

CABRAL, Eugênia Rosa; ENRÍQUEZ, Maria Amélia; SANTOS, Dalva Vasconcelos dos. Canaã dos Carajás – do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implementação de uma grande mina. In: FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ M. A. R. dos S.; ALAMINO, R. de C. J. **Recursos minerais e sustentabilidade territorial: grandes minas**. V. 1, Rio de Janeiro CETEM/MCTI, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A geografia no contexto da educação do campo: construindo o conhecimento geográfico com os movimentos camponeses. **Revista Percursos – NEMO**. Maringá-SP v. 3 n2. p. 25-40, 2011.

CARDOSO, Ana Cláudia do Arte; CÂNDIDO, Lucas Souto; MELO, Ana Carolina Campos. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. **Revista de estudos urbanos regionais** (online), São Paulo, V.20, N.1, p. 121-140, Janeiro-Abril, 2018.

Comissão Pastoral da Terra: massacre no campo. <https://cptnacional.org.br/> 2015. Acessado em 02 de agosto de 2022 no site:

<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/5-assassinatos/14008-assassinatos-2015>

Comissão Pastoral da Terra: massacre no campo. <https://cptnacional.org.br/> 2016. Acessado em 02 de agosto de 2022 no site:

<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/5-assassinatos/14040-assassinatos-2016>

Comissão Pastoral da Terra: massacre no campo. <https://cptnacional.org.br/> 2017. Acessado em 02 de agosto de 2022 no site:

<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/5-assassinatos/14082-assassinatos-2017>

Comissão Pastoral da Terra: massacre no campo. <https://cptnacional.org.br/> 2018. Acessado em 02 de agosto de 2022 no site:

<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/5-assassinatos/14142-assassinatos-2018>

Comissão Pastoral da Terra: massacre no campo. <https://cptnacional.org.br/> 2019. Acessado em 02 de agosto de 2022 no site:

<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/5-assassinatos/14169-assassinatos-2019>

Comissão Pastoral da Terra: massacre no campo. <https://cptnacional.org.br/> 2020. Acessado em 02 de agosto de 2022 no site:

<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/5-assassinatos/14220-assassinatos-2020>

Comissão Pastoral da Terra: massacre no campo. <https://cptnacional.org.br/> 2021. Acessado em 02 de agosto de 2022 no site:

<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/5-assassinatos/14254-assassinatos-2021>

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdade socioespaciais. **Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais.** (Org.) Denise Elias/Renato Pequeno. Fortaleza-CE. Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

EMMI, Marília Ferreira. Os Castanhais e a Indústria Extrativista no Pará até a Década de 60. Belém-PA. **Paper do Naea** N° 166, outubro de 2002.

FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária.** São Paulo, maio de 2003. 246 p. (Dissertação de mestrado) - Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões agrárias, pesquisa e MST.** São Paulo, ed. Cortes, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA.** n° 6, 2005, p. 24-34.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela terra, Reforma Agrária e Gestão de conflitos no Brasil.** Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460> . Acesso em: 4 jul. 2022.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Tipologia dos territórios.** Mirta, campesina paraguaia – Carumbey, São Pedro, Paraguai – 23 de outubro de 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades: teorias, processo e conflitos.** In: Marcos Aurélio Saquet; Eliseu Savério Sposito. 1 ed. Editora Expressão Popular, São Paulo - 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. I **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo**. Brasília-DF, 19 a 22 de setembro de 2005.

FILHO, José Sobreiro. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. **Geographos**. [Em linha]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 6 de enero de 2015, vol. 6, nº 73, p. 1-29

FLEURY, L. C. "A gente não sabe o que é barragem, mas sabe o que é o Xingu": cosmopolítica e conflito ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia brasileira. In: ALMEIDA, J. (org.). **Conflitos ambientais e controvérsias em Ciência e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 29-54.

GOMES, Lucas Ferreira; MIRANDA, Rogério Rego. A territorialização dos movimentos sindicais e sociais do campo no sudeste paraense: estratégias de luta e resistência camponesa no município de Canaã dos Carajás. In: **VI Seminário de Iniciação Científica**, 27, 28 e 30 de outubro de 2020, Marabá-PA. Marabá: Unifesspa, 2020. Disponível em: <https://nuvem.unifesspa.edu.br/index.php/s/qgvcnvEuz6YYKbm#pdfviewer> Acessado em 20 de junho de 2022 às 23:25.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 29: jan., 2003, 11-24. Versão online disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249> Acessado em 30 de junho de 2022 às 23h01min.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1991.

IKEDA Joyce Cardoso Olímpio. Canaã dos Carajás, a terra da promessa: desenvolvimento capitalista e movimento social na Amazônia. **VIII Jornada internacional políticas públicas**. São Luís – MA, agosto de 2017.

JUNIOR, E. B. OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O; L.SCHNEKENBERG, G. F.. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, p.36-51/2021.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2014.

MALHEIRO, Bruno Cezar. Colonialismo Interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos. **Caderno de Geografia**, v.30, n.60, 2020, p. 74-98.

MARTINS, José de Souza. A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiro: cidade e campo. **35ª Reunião Anual da Anpocs**. MR-17- Vinte anos sem Henri Lefebvre, 2011.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9º ed. Revista e ampliada. São Paulo; Contexto 2010.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. In: MARTINS, J. S. Ed. 9 - Contexto: São Paulo, 2009.

MELLO, Neli Aparecida. As políticas territoriais na frente pioneira. In: MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, p. 17-98.

MIRANDA, Rogério Rego. Territorialização do MST no sudeste paraense a partir da construção dos projetos de assentamentos. **Campo-território**: revista de geografia agrária, v. 16, n. 40, p. 01-30, abr., 2021.

MIRANDA, Rogério Rego. A geografia dos acampamentos dos movimentos sociais e sindicais no sudeste paraense. In: IX Simpósio Internacional X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 10, 2019. Recife-PE. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 2019. Disponível em:

<https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1572996159_ARQUIVO_590af444e1b4baaeffbdbf9349704a2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

MIRANDA, Rogério Rego. **(Contra)hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no sudeste paraense**. 2017 p. 380. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Primeiros passos, 48).

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense. **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 15, nº. 21. P. 79-99, Jul-dez./2012.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. Tradução de Renata Santini. (Org.) Arte e ensaios. N 32. **Revista do PPGAV-UFRJ**, 2016, p. 123-151.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino da. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro. CARLOS, A. F. A. (Org). **Caminhos da Geografia**. São Paulo. Contexto, 1999, p. 63-107.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. In: Nelson Rodrigo Pedon. São Paulo: Editora Unespe, 2013.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Importância da Geografia"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/importancia-geografia.htm>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

PEREIRA, A. J. **O massacre de Eldorado dos Carajás/PA (1996-2019) e o desdobramento da luta de classes: narrativas dos sobreviventes e formação política**. 2020. 140 f. Tese (Doutorado em Performances Culturais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sudeste paraense: migração, conflito e violência no campo**. 2013 p. 278. Tese (doutorado). Universidade Federal do Estado de Pernambuco.

PORTO, Cléia Anice Da Mota. **Memórias, histórias e resistência camponesa em um desenvolvimento rural gerador de violência e impunidade: o caso do massacre de Pau D'Arco**. 2020. 194 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Nota conceitual: a centralidade do conceito de território para enfrentar o desafio ambiental contemporâneo. In: PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 287-298.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo-SP: Ática, 1993.

RODRIGUES, Luanna L. M.; MITIDIERO JÚNIOR, Marcos. A. Disputas territoriais e judicialização da questão agrária. **Campo-Território**. V. 9, p. 20, 2014.

SACK, Robert David. **Humam territoriality: its ths theory and history**. Cambridge University. Presse, 1986.

SANTOS, M. M.; Rodrigues do, R. L.; DA CRUZ, T. M. Mineração e conflitos pela posse da terra em Canaã dos Carajás: O caso do acampamento Planalto Serra Dourada. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 117–140, 2018. DOI: 10.36363/rever722018117-140. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3405>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec.São Paulo 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagem e concepções sobre território**. In: Marcos Aurélio Saquet. 3ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. Território e (des)territorialização. In: Marcelo Lopes de Souza. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Socio-espaciais**. 3ed. Rio de Janeiro, 2016. p. 77-110.

TURATTI, Maria Cicília Manzoli. **Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamento do MST**: In: Maria Cicília Manzoli Turatti – São Paulo: Alameda, 2005.

ZENERATTI, Fábio Luiz. Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. **Caderno de Geografia**, v.27, n.50, 2017 Acessado em 26 de julho de 2022 às 23:04 no site: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n50p441/11756>